

Relatório económico trimestral

2.º Trimestre de 2019

Por: Heitor de Carvalho

Notas:

A recolha de dados para este relatório encerrou a 15 de Novembro de 2019.

Todos os meus relatórios trimestrais procuram apresentar uma análise da evolução mais provável ao longo do ano. A referência a um dos trimestres corresponde apenas à publicação dos dados do INE, relativos ao PIB. Na verdade, o relatório analisa os dados mais recentes, referentes a todos os temas.

O corpo principal deste Relatório (sem anexos) contém, a partir do sumário, 25 páginas, correspondentes a cerca de 1 hora de leitura. O espaço restante é constituído por gráficos.

1 Sumário

O PIB, em medidas encadeadas de volume, encontra-se virtualmente estagnado, pelo menos desde 2017. Na perspectiva dos rendimentos, o PIB cresce, entre os 2.^{os} trimestres de 2017 e 2018, beneficiando da alta dos preços do petróleo; a partir do 3.^o Trimestre de 2018, o PIB entra em terreno negativo.

O sector petrolífero apresenta crescimentos negativos acentuados. A última previsão da produção petrolífera, que abrange apenas os poços actuais, prevê a descida da barreira do milhão de barris, em 2023, e o esgotamento das reservas, em 2035. Estando os novos poços localizados nas bacias existentes, não existe evidência de que esta situação possa alterar-se substancialmente. Os níveis actuais de produção situam-se ao nível previsto para 2022, 16% abaixo da previsão para o ano de 2019.

O VAB não-petrolífero, calculado através da soma dos VAB sectoriais do INE, está estagnado desde o 2.^o Trimestre de 2017. Do ponto de vista dos rendimentos, a procura interna de produtos internos (que é uma boa aproximação ao VAB não-petrolífero) apresenta um comportamento muito próximo da estagnação, a partir do 2.^o Trimestre de 2017, com excepção das quedas profundas no período entre o 2.^o e o 4.^o Trimestre de 2018.

O crescimento demográfico de 3,1%, neste quadro de estagnação, tem conduzido a um aumento dos problemas sociais, atingindo já o nível de uma crise social, o que é ilustrado por uma taxa de actividade de 83% acompanhada por um desemprego de 40% nas cidades.

A estrutura da produção encontra-se concentrada em 4 sectores — imobiliário (construção e serviços imobiliários), serviços públicos e comércio — que representam entre 53% e 63% da produção não-petrolífera, em dependência da sazonalidade. Os sectores de produção de bens transaccionáveis (agricultura, pescas e indústria) e Outros Serviços (onde se inclui o turismo) representam, em contrapartida, entre 25% e 32%, também dependendo da sazonalidade. A estrutura da produção é completamente imóvel em toda a série analisada (desde Janeiro de 2017).

As contas externas melhoram significativamente devido à redução das contas financeiras (redução do investimento angolano externo e do desinvestimento estrangeiro em Angola); apesar disso, a conta corrente positiva, no valor de 1,9 mil milhões de USD, é quase totalmente destinada a compensar o desinvestimento estrangeiro directo, no valor de 1,7 mil milhões. Petróleo e diamantes representam 99,5% das nossas exportações durante toda a série e a balança de serviços é altamente deficitária, com os serviços prestados ao exterior a representarem apenas 7% dos serviços adquiridos ao exterior. A balança de transferências tem sentido único, existindo apenas repatriamento de juros. As transferências de rendimentos de capital (juros e lucros) para o exterior representam 10% do investimento estrangeiro total, enquanto as mesmas transferências, para Angola, representam apenas 1,3% dos investimentos angolanos no exterior.

As reservas brutas estabilizam nos 16 mil milhões de USD a partir do 3.^o Trimestre de 2018, e as reservas líquidas nos 10 mil milhões, a partir do 1.^o Trimestre de 2019, representando entre 5 e 6 meses de importações.

Angola perdeu 4 lugares na classificação Doing Business, sendo actualmente o 14.º pior país do mundo para se fazerem negócios. A revisão da actuação do Estado, quer no que se refere à alteração das práticas dos agentes da autoridade, quer do nível de burocracia, quer da organização das relações sociais, com destaque para as relações de propriedade, continuam estagnadas. Nestas condições, não surpreende que os empresários nacionais não invistam e que, conseqüentemente, o investimento estrangeiro seja irrisório.

O BNA não cumpriu as suas obrigações durante um ano, deixando ao mercado informal a liderança do mercado cambial. Em consequência, foi necessária uma liberalização apressada que desvalorizou bruscamente o Kwanza, provocando uma enorme subida nos preços e desorientação nos operadores económicos. Para evitar consequências mais profundas, o BNA viu-se obrigado a inverter o alívio progressivo da política monetária, que começava, timidamente, a dinamizar o crédito, enveredando por uma política altamente restritiva que irá ter consequências na produção.

Os dados do INE referentes à inflação de Outubro não correspondem, minimamente, aos valores observados nos mercados, não podendo, pura e simplesmente, ser tidos em conta.

O OGE necessita de uma melhor fundamentação a todos os níveis.

A receita não-petrolífera representa apenas 9,4% do PIB não-petrolífero, não apresentando o dinamismo necessário quer através da extensão da base tributária quer de uma reforma urgente e radical dos impostos sobre a propriedade (0,2% do PIB), obrigando a que esta deixe de funcionar como uma riqueza imóvel e se transforme em capital.

A reforma do Estado, através da redução do número de ministérios e da burocracia do Estado, tarda a ser realizada. A Despesa em bens é insuficiente para, com a actual produtividade, garantir os serviços públicos e a manutenção dos bens do Estado; a de serviços é excessiva, não permitindo a absorção de conhecimentos pelos funcionários públicos, perpetuando o recurso a serviços estrangeiros; as transferências para as famílias reduzem-se, num quadro de emergência social. O investimento concentra-se em obras para a administração pública ou obras de fachada; os investimentos úteis não são dotados da despesa corrente necessária ao seu funcionamento e manutenção e, em consequência, não cumprem a sua função e degradam-se rapidamente.

Há uma melhoria da distribuição da Despesa por função a partir do Orçamento de 2019, que se mantém no OGE de 2020. Contudo, a educação representa 2% do PIB, a saúde 1,9%, a segurança pública 1,6%, os combustíveis e energia 0,4% e os transportes 0,5%. O conjunto destas funções cresce 0% relativamente a 2018 e 2% relativamente a 2019, mas o seu peso passa de 6,8% para 6,4% do PIB.

A protecção social cai, em valor absoluto real, 9% relativamente a 2018 e 19% relativamente a 2019, passando de 1,5% para 1,2% do PIB. A habitação social é quase inexistente, sendo o grosso dos recursos destinados às centralidades que são habitações para a classe média e não habitação social.

Em contrapartida, os Juros representam já 5,9% do PIB, e a burocracia do Estado, despesas financeiras e transferências de capital (Serviços Públicos Gerais) passam de um peso de 2,5% para 2,8% do PIB.

O saldo da execução de 2018, é de 636 mil milhões de Kwanzas (2% do PIB) mas os restos a receber/pagar originam um saldo de caixa negativo no valor de -362 mil milhões, tudo em Kwanzas de 2019 (isto é, valores de 2018 inflacionados de 15%). Portanto, não é verdade que o Estado tenha tido um superavit orçamental em 2018. O saldo final correspondeu a -1,1% do PIB.

É possível aumentar o peso das funções prioritárias e apoio social, reduzindo a burocracia, transferências de capital e defesa e tornando superavitária a função habitação, sem deixar que os juros continuem a “comer” uma fatia cada vez maior da receita do Estado, o que só será conseguido

com medidas do lado da receita que criem superávits orçamentais.

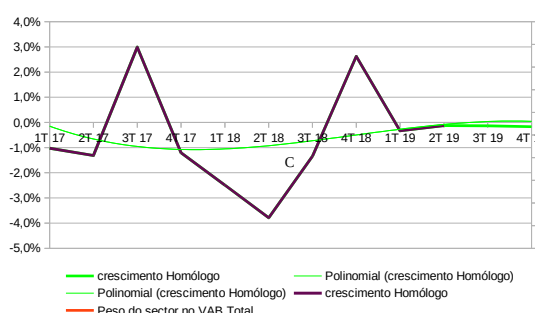
A dívida governamental é virtualmente toda denominada em moeda estrangeira porque a dívida interna é constituída, maioritariamente, por OTs (98%), indexadas ao USD. Assim, mesmo que o valor facial da dívida governamental se mantenha ou reduza ligeiramente, o valor em Kwanzas cresce ao ritmo da desvalorização.

2 PIB¹

2.1 PIB total

Alterei, neste relatório, a linha de tendência polinomial² de grau 2 para grau 3. A previsão para os restantes trimestres do ano resultou da simples aplicação de uma das fórmulas de previsão³ existentes na folha de cálculo que uso. Em relatórios posteriores, procurarei melhorar a previsão, a linha de tendência e a correspondência entre ambas.

A escala do crescimento está colocada à esquerda; a do peso do sector à direita. A linha de tendência, referente ao crescimento, deve ser lida à esquerda. A linha roxa corresponde aos valores do INE; o prolongamento a verde à minha previsão para os restantes trimestres do ano.



O crescimento do PIB, em medidas encadeadas de volume, apresenta valores negativos em toda a série, com excepção de dois picos, muito estranhos, no 3.º Trimestre de 2017 e no 4.º Trimestre de 2018, e um vale profundo, igualmente estranho (-4%), no 2.º Trimestre de 2018.

A linha de tendência descreve um arco convexo⁴ pouco acentuado (entre -1% e 0%), até ao 2.º Trimestre de 2019. Com a previsão, a tendência parece inverter para um arco côncavo quase horizontal, próximo de zero.

Em termos anuais, o país encontra-se em recessão há 4 anos, com tendência para permanecer em valores ligeiramente negativos.

	2017	2018	2019
Varição do PIB em medidas encadeadas de volume	-0,1%	-1,2%	-0,2%

Comparando as previsões das várias entidades, para 2019, o quadro é o seguinte:

- Os dados referem-se às Medidas Encadeadas de Volume publicadas pelo INE na NOTA DE IMPRENSA Produto Interno Bruto – II Trimestre de 2019 – Outubro de 2019. As estatísticas do INE baseiam-se em dados dos ministérios o que, tendo em conta as deficiências técnicas de muitos departamentos de estatística sectoriais, compromete a sua consistência. As minhas análises e previsões estão, naturalmente, sujeitas às frequentes e, por vezes, significativas alterações dos dados de base.
- Nos relatórios anteriores existe uma gralha, aparecendo esta designação como “poligonal” em vez de “polinomial”. Provavelmente esta gralha continuaria neste relatório se não fosse a chamada de atenção de um leitor. Agradeço que me chamem à atenção sempre que detectarem gralhas porque, com a minha distração característica, iria continuar a ler polinomial mesmo estando lá escrito poligonal.
- PREVISÃO.ETS.MULT — “Devolve um ou mais valores estatísticos resultante dos algoritmos multiplicativos ETS/EDS. A suavização exponencial é um método de suavização de valores de uma série temporal para prever os valores futuros. A suavização exponencial tripla (ETS) é um conjunto de algoritmos em que as influências periódicas (sazonais) e as tendências são processadas. [O cálculo é feito de acordo] com o modelo previsão = (valor_base + tendência * Δx) * aberração_periódica” — in Ajuda do LiberOffice 6.3.
- Uso os conceitos de convexidade e concavidade relativamente ao eixo horizontal: uma curva convexa tem máximos nos extremos e mínimo no centro; uma curva côncava tem mínimos nos extremos e máximo no centro.

	Gov	FMI	BM	Este Rel
Varição do PIB	-1,1%	-0,3%	0,7%	-0,2%

Os dados do Governo são claramente os mais pessimistas, provavelmente porque possui informações suplementares. A previsão do Banco Mundial (BM) é bastante optimista, e as previsões do FMI e deste relatório são semelhantes, apontando todos para um PIB virtualmente estagnado há 3 anos.

A explicação para este pessimismo oficial resulta, provavelmente, do decréscimo acentuado da produção petrolífera.

O crescimento do VAB petrolífero resultante da aplicação da equação de previsão não corresponde à produção real no 3.º Trimestre.

	Trimestres 2017				Trimestres 2018				2019		
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III
Crescimento da Extração e Refinação de Petróleo – INE	-9,5%	-6,6%	-3,5%	-1,4%	-7,0%	-9,5%	-11,6%	-9,6%	-6,9%	-4,1%	-5,2%
Produção de Petróleo Bruta (OPEP) – milhares de barris / dia	1 639	1 635	1 668	1 588	1 519	1 477	1 475	1 440	1 421	1 424	1 319
Crescimento da Produção de Petróleo Bruta (OPEP)	-8,4%	-6,7%	-3,9%	-1,4%	-7,3%	-9,7%	-11,6%	-9,3%	-6,5%	-3,6%	-10,6%
Diferença em pontos percentuais	-1,1	0,1	0,4	0,1	0,3	0,2	-0,1	-0,3	-0,4	-0,5	5,4

Fonte: Base de Dados OPEP — os dados de Setembro usados para compor a média do 3.º Trimestre têm como fonte uma notícia da Agência Lusa publicada em 10 de Outubro.

Nestas circunstâncias, impôs-se a revisão da previsão do crescimento do VAB para -11%, no 3.º Trimestre, mantendo o método de previsão dos restantes sectores para o 4.º Trimestre.

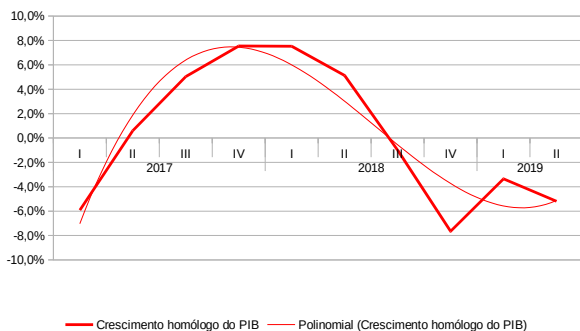
Os dados trimestrais da indústria transformadora são muito irregulares, originando uma forte tendência de queda nas previsões que não me parece corresponder à realidade. Para além do sector petrolífero, corriji também a previsão da indústria transformadora, fazendo-o igual à média dos crescimentos da série.

Estas alterações das previsões não afectam o PIB em medidas encadeadas que é construído através de uma forma de cálculo diferente da usada nos VAB sectoriais. O efeito desta alteração na soma dos VAB é de cerca de -0,7 pontos percentuais, o que pode ajudar a explicar a previsão do Governo (-1,1% vs -0,3% do FMI e -0,2% deste relatório).

Como desenvolvi no relatório anterior, a evolução do PIB em quantidades não representa, minimamente, a evolução dos rendimentos e da despesa porque se incluem exportações de matérias-primas e importações não ajustadas à taxa de câmbio real.

Calculando com base nos dados do PIB e exportações nominais apresentadas no quadro “Principais indicadores externos”, do BNA, e deflacionando, usando as taxas de inflação⁵ interna e externa, o quadro que se obtém é o seguinte:

5 Trata de um cálculo aproximado, uma vez que não tenho qualquer possibilidade de calcular o deflator interno da produção interna de bens finais sem as exportações de matérias-primas e não conheço um deflator internacional do PIB (se é que existe). Em alternativa, usei a inflação, tendo considerado um valor constante anual de 2,5% para a inflação externa. Relativamente aos dados do Relatório anterior, apresento um cálculo mais simples, subtraindo as exportações ao PIB para obter a procura interna de produtos internos. Posteriormente, deflacionei este valor e as exportações, usando os índices de inflação interno e externo, respectivamente, e somei os valores deflacionados para obter o PIB real.



Nesta perspectiva de análise, o PIB tem uma trajetória côncava muito regular e acentuada, desenhando um U invertido até ao final do ano passado. A fase que apresenta crescimentos positivos corresponde ao período em que a variação positiva dos preços compensou a queda na produção petrolífera; a parte da trajetória que apresenta valores negativos corresponde ao acentuar do declínio das quantidades produzidas e à inversão da tendência de alta dos preços do petróleo.

Contudo, o PIB não corresponde, de maneira adequada, aos rendimentos da população em geral, já que o crescimento das exportações apenas beneficia, directamente, os rendimentos do Estado (que depois o redistribui) e das petrolíferas. O efeito da trajetória dos rendimentos directos da população será analisado na secção referente ao VAB não-petrolífero.

2.2 Valor Acrescentado Bruto (VAB) sectorial, quadros gerais

O INE apresenta, no mesmo quadro, os valores do PIB, em medidas encadeadas de volume, e dos VAB sectoriais, calculados a preços constantes⁶. Como os cálculos dos VAB e do PIB usam métodos diferentes, a soma dos VAB não é igual ao PIB. Para uma discussão deste problema, consulte o anexo I do meu relatório do 4.º Trimestre de 2018.

Desde Dezembro de 2017, o INE vem publicando a participação dos diversos sectores no PIB em medidas encadeadas de volume, paralelamente com o valor e crescimento homólogos dos sectores a preços constantes. Quando estiverem disponíveis dados de 8 trimestres (portanto, no próximo trimestre), começarei a usar esta metodologia, passando a haver correspondência entre a soma dos VAB sectoriais e o PIB. Por enquanto, mantereí a análise dos VAB a preços constantes, apresentados pelo INE, calculando o peso dos sectores na soma dos VAB sectoriais.

Quadro geral do crescimento por sectores

Crescimento Homólogo da Produção													
Agro-Pecuária e Silvicultura	0,2%	1,5%	1,8%	2,1%	-2,0%	-2,5%	-2,3%	-1,0%	0,8%	1,1%	1,5%	0,4%	
Pesca	12,0%	20,6%	-0,6%	-20,5%	-12,8%	-10,0%	-18,9%	-24,6%	-7,4%	-19,3%	-11,7%	-0,4%	
Indústria Transformadora	5,0%	1,5%	3,1%	-4,3%	-0,3%	-0,1%	9,2%	9,2%	-6,5%	1,1%	1,8%	1,8%	
Total Bens transaccionáveis	4,6%	5,1%	1,6%	-7,6%	-3,9%	-3,3%	-2,4%	-3,9%	-3,7%	-3,0%	-1,0%	0,9%	
Indústria extractiva	2,4%	11,5%	-21,6%	6,1%	-6,8%	-6,1%	-16,5%	1,6%	0,1%	-8,1%	0,5%	-0,8%	
Electricidade e Água	-4,2%	-9,7%	2,7%	4,3%	21,7%	37,0%	15,4%	17,2%	9,9%	2,5%	12,7%	-8,5%	
Construção	5,0%	-5,9%	1,5%	6,4%	-5,3%	-1,1%	0,7%	5,7%	11,3%	3,5%	4,1%	2,5%	
Bens	4,3%	1,3%	-0,2%	0,1%	-3,9%	-1,7%	-1,4%	1,8%	3,7%	-1,1%	1,9%	1,2%	
Serviços	-1,4%	3,2%	6,1%	-1,4%	-2,5%	-5,2%	0,8%	8,7%	-0,8%	-3,4%	0,4%	0,1%	
Serviços Públicos	-11,3%	-2,4%	5,4%	8,7%	6,8%	-4,2%	3,6%	-1,6%	2,3%	0,4%	-0,8%	0,3%	
Comércio	3,4%	4,4%	6,6%	-9,9%	-10,7%	-9,1%	0,5%	24,0%	-3,2%	-7,4%	1,5%	-0,6%	
Transportes e Armazenagem	0,4%	1,6%	6,0%	1,5%	1,0%	0,7%	-5,9%	-2,3%	0,5%	-0,8%	1,9%	2,4%	
Correios e Telecomunicações	-10,7%	-7,5%	-6,5%	21,0%	7,5%	-5,3%	-3,5%	9,3%	-6,8%	-2,1%	0,8%	0,8%	
Intermediação Financeira e de Seguros	-29,3%	-4,4%	88,2%	-30,9%	6,4%	2,3%	17,6%	18,6%	-4,0%	-17,3%	-3,3%	-3,8%	
Serviços Imobiliários e Aluguer	3,0%	3,0%	3,0%	3,1%	2,8%	3,0%	3,0%	3,1%	2,9%	3,0%	2,9%	2,9%	
Outros Serviços	6,9%	10,6%	5,9%	-4,7%	0,6%	-7,7%	-2,3%	5,6%	-0,9%	-1,8%	-2,8%	-1,7%	
VAB não petrolífero	0,7%	2,5%	3,4%	-0,7%	-3,0%	-4,0%	-0,1%	5,7%	0,9%	-2,6%	1,0%	0,5%	
Extracção e Refinação de Petróleo	-9,5%	-6,6%	-3,5%	-1,4%	-7,0%	-9,5%	-11,6%	-9,6%	-6,9%	-4,1%	-11,0%	-9,3%	
Imposto Líquidos sobre a produção	-20,1%	219,5%	41,4%	-70,8%	70,4%	-50,3%	-150%	-69%	-31,0%	22,9%	25,9%	-89,3%	
Soma dos VAB	-3,4%	-3,6%	0,1%	0,8%	-3,8%	-4,4%	-1,0%	0,7%	-2,3%	-3,6%	-2,8%	-2,5%	
PIB em medidas encadeadas de volume	-1,0%	-1,3%	3,0%	-1,2%	-2,5%	-3,8%	-1,3%	2,6%	-0,3%	-0,1%	-0,1%	-0,2%	
Sectores prioritários	5,3%	7,3%	3,0%	-6,6%	-2,4%	-5,1%	-2,4%	-0,6%	-2,8%	-2,5%	-1,6%	-0,1%	

As células a amarelo correspondem às previsões alteradas.

⁶ Não está perfeitamente claro, para mim, se o INE usa o VAB a preços constantes ou se, pelo menos para alguns sectores, as actividades contribuem para um VAB sectorial total, num cálculo semelhante ao das medidas encadeadas de volume do PIB.

Quadro geral do peso dos sectores

	2017				2018				2019			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Peso no VAB não Petrolífero e Peso da Ec Petrol e não Petrol												
Agro-Pecuária e Silvicultura	6,8%	9,1%	7,9%	6,1%	6,8%	9,2%	7,7%	5,7%	6,8%	9,6%	7,7%	5,7%
Pesca	4,0%	4,2%	4,5%	5,0%	3,6%	3,9%	3,7%	3,6%	3,3%	3,2%	3,2%	3,6%
Indústria Transformadora	6,4%	6,2%	6,3%	6,7%	6,6%	6,5%	6,9%	6,9%	6,1%	6,7%	7,0%	7,0%
Total Bens transaccionáveis	17,2%	19,5%	18,7%	17,8%	17,1%	19,6%	18,3%	16,2%	16,3%	19,5%	17,9%	16,3%
Indústria extractiva	2,8%	3,4%	2,5%	3,3%	2,7%	3,3%	2,1%	3,2%	2,7%	3,1%	2,1%	3,1%
Electricidade e Água	1,2%	1,1%	1,1%	1,3%	1,5%	1,5%	1,3%	1,4%	1,6%	1,6%	1,5%	1,3%
Construção	17,0%	11,4%	18,5%	21,2%	16,6%	11,8%	18,6%	21,2%	18,3%	12,5%	19,2%	21,7%
Bens	38,2%	35,4%	40,9%	43,7%	37,9%	36,3%	40,4%	42,1%	38,9%	36,8%	40,7%	42,4%
Serviços	61,8%	64,6%	59,1%	56,3%	62,1%	63,7%	59,6%	57,9%	61,1%	63,2%	59,3%	57,6%
Serviços Públicos	11,1%	10,0%	13,0%	14,2%	12,3%	10,0%	13,5%	13,2%	12,4%	10,3%	13,3%	13,2%
Comércio	26,6%	23,2%	18,1%	15,5%	24,5%	22,0%	18,2%	18,2%	23,5%	20,9%	18,3%	18,0%
Transportes e Armazenagem	3,8%	4,2%	4,9%	3,0%	4,0%	4,4%	4,6%	2,8%	4,0%	4,4%	4,7%	2,9%
Correios e Telecomunicações	1,2%	2,5%	3,9%	4,1%	1,3%	2,5%	3,8%	4,3%	1,2%	2,5%	3,7%	4,3%
Intermediação Financeira e de Seguros	2,4%	2,8%	1,9%	1,7%	2,7%	3,0%	2,2%	1,9%	2,6%	2,6%	2,1%	1,9%
Serviços Imobiliários e Aluguer	8,1%	8,5%	8,3%	8,3%	8,6%	9,1%	8,5%	8,1%	8,8%	9,5%	8,7%	8,3%
Outros Serviços	8,4%	13,3%	9,0%	9,4%	8,7%	12,8%	8,8%	9,4%	8,6%	12,9%	8,5%	9,2%
VAB não petrolífero	63,3%	65,0%	64,0%	64,1%	63,8%	65,3%	64,6%	67,4%	65,9%	66,0%	67,2%	69,5%
Extracção e Refinação de Petróleo	35,8%	38,7%	38,3%	36,6%	34,7%	36,6%	34,2%	32,9%	33,0%	36,4%	31,3%	30,6%
Imposto Líquidos sobre a produção	0,8%	-3,7%	-2,3%	-0,7%	1,5%	-1,9%	1,2%	-0,2%	1,1%	-2,5%	1,5%	0,0%
Sectores prioritários	25,6%	32,8%	27,8%	27,2%	25,8%	32,4%	27,1%	25,6%	24,9%	32,4%	26,4%	25,4%

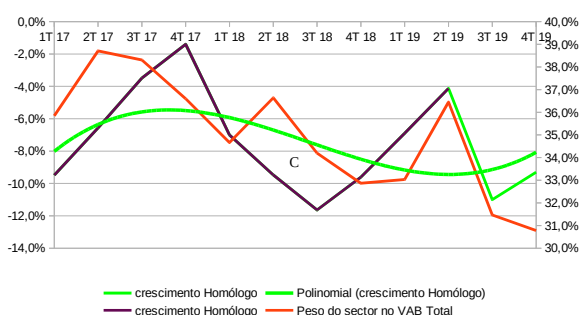
O peso dos sectores não petrolíferos foi calculado relativamente à soma dos sectores não-petrolíferos. Os do VAB não-petrolífero, VAB petrolífero e impostos líquidos (últimas 3 linhas) são referentes à soma destes três valores, que totalizam, aproximadamente, o PIB. Optei por esta soma e não pelo PIB total em medidas encadeadas de volume, para que a soma das partes pudesse corresponder ao total.

Da análise do crescimento homólogo não se pode, evidentemente, fazer qualquer leitura de sazonalidade; ao contrário, o peso varia em função da relação entre a sazonalidade do sector e a sazonalidade geral, o que permite uma leitura da sazonalidade relativa.

2.3 Sector petrolífero

	Trimestres 2017				Trimestres 2018				2019		
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III
Crescimento da Extracção e Refinação de Petróleo – INE	-9,5%	-6,6%	-3,5%	-1,4%	-7,0%	-9,5%	-11,6%	-9,6%	-6,9%	-4,1%	-11,0%
Crescimento da Produção de Petróleo Bruta (OPEP)	-8,4%	-6,7%	-3,9%	-1,4%	-7,3%	-9,7%	-11,6%	-9,3%	-6,5%	-3,6%	-10,6%
Diferença em pontos percentuais	-1,1	0,1	0,4	0,1	0,3	0,2	-0,1	-0,3	-0,4	-0,5	-0,4

Como já referi, forcei a previsão para manter a coerência entre o VAB do sector e a produção de petróleo.



O crescimento do sector é permanentemente negativo, apresentando melhorias relativas, nos 2.^{os} semestres de 2017 e 2019. Esta trajectória da produção não deixa de ser importante; contudo, do ponto de vista dos rendimentos reais, a produção de uma matéria-prima só tem sentido quando

relacionada com o seu preço por não se tratar de um produto final. Consequentemente, a trajetória dos rendimentos do sector depende, não apenas das quantidades produzidas mas também dos seus preços, deflacionados da inflação mundial.

O peso do VAB petrolífero na soma dos VAB sectoriais (linha vermelha), demonstra, de forma eloquente, que estamos a deixar de ser uma economia petrolífera, não por virtude do crescimento da economia não-petrolífera, mas pela constante queda do VAB do sector petrolífero.

A última informação, tornada pública pelo do Ministério das Finanças (MinFin), mostra uma redução substancial da produção petrolífera nos próximos anos, atingindo 1 milhão de barris/dia, em 2023, 300 mil barris/dia, em 2030, e virtualmente zero (menos de 20 mil barris), em 2035. Apesar de essa previsão incluir apenas os poços existentes, o certo é que estamos já bastante aquém dos valores previstos:

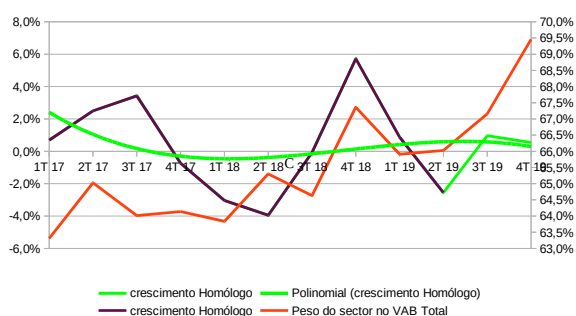
Valores em milhares de Barris / dia		2018	2019	2020	2021	2022
Previsão da produção – Apresentação do MinFin		1 592	1 655	1 597	1 463	1 329
Produção de Petróleo Bruta (OPEP)		1 478	1 388			
Diferença		-7,2%	-16,1%			

Se, em 2018, ficámos a 7,2% da previsão, até ao final do 3.º Trimestre deste ano estamos já a -16% da produção prevista e ao nível de 2022! As novas capacidades tardam a aparecer e não há uma previsão realista para novas bacias, apenas novos poços em bacias já em fase de esgotamento.

Insisto: por maior optimismo que se ponha na leitura destes números, é certo que o rendimento se reduzirá substancialmente, o que significa que já é tarde para reservar alguma parte para as gerações vindouras. Ora, quando se esperaria que, face a este panorama, se reforçasse a solidariedade geracional, eis que se decide “*comer de uma só fatia*” metade do fundo soberano para “*fazer obra*” nos municípios em vésperas das primeiras eleições autárquicas.

Também a questão das refinarias deveria ser cuidadosamente ponderada. É certo que se fala em investimentos privados, mas não existe qualquer indício de que se trate de outra coisa que não seja de um projecto estatal para a auto-suficiência do país em refinados. O projecto é estatal e, uma vez iniciado, tem fortes custos de saída; não deve, portanto, ter início sem um estudo e discussão da rentabilidade e risco que lhe são inerentes.

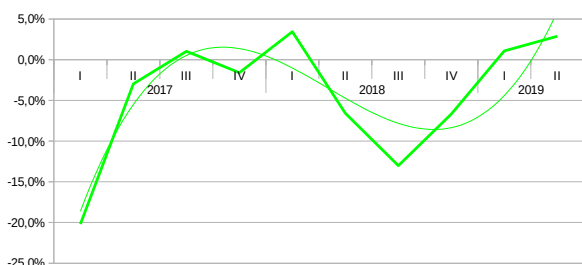
2.4 VAB não-petrolífero



Apesar de alguma incongruência nas variações trimestrais, a linha de tendência mostra um crescimento quase horizontal com oscilações muito ligeiras à volta do valor zero. A economia não-petrolífera está estagnada, pelo menos desde o 3.º Trimestre de 2017!

O Peso dos sectores não-petrolíferos apresenta uma clara tendência crescente, como se esperaria de uma forte queda da produção petrolífera.

Nos relatórios anteriores usei um cálculo algo complexo, deflacionando também as importações com influência no cálculo do PIB e da procura interna de produtos internos. Tendo a vantagem de transformar as importações em produtos internos, este cálculo, nas condições de taxa de câmbio fixa que vigorou entre 2016 e 2017, deturpar o valor das variáveis o que aconselha a analisá-lo com maior profundidade. Assim, simplifiquei, calculando a **procura interna de produtos internos** (que é uma aproximação à produção não-petrolífera) pela simples subtracção das exportações ao PIB; posteriormente, deflacionei as exportações da inflação mundial (para a qual assumi um valor constante de 2,5% ao ano) e a procura interna de produtos internos da inflação interna.



— Crescimento Homólogo da Procura Interna Prod Internos
— Polinomial (Crescimento Homólogo da Procura Interna Prod Internos)

O resultado para a procura interna de produtos internos mostra, desde o 2.º Trimestre de 2017, valores próximos de zero, com um período, entre o 2.º e 4.º trimestres de 2018, em que os valores se aproximam dos -5%. Estes números traduzem uma estagnação dos rendimentos com um período crítico durante o ano passado.

A questão demográfica

A questão do crescimento demográfico tem que ser tratada no plano científico e como prioridade do Estado; não o fazer só tem conduzido à ruptura da capacidade, por parte de toda a sociedade, de suprir educação, saúde e nutrição mínimas aos seus filhos, conduzindo-os a um estado de miséria crescente.

	1S 17	1S 18	1S 19	19/16
Crescimento do VAB não petrolífero per capita	-1,5%	-6,4%	-3,8%	-11,3%
Crescimento da Procura Interna de Produtos Internos per capita	-14,9%	-4,6%	-1,2%	-19,8%

Analisando em ambas as perspectivas: 1) o VAB não-petrolífero *per capita* do INE apresenta valores menos negativos, em 2117, mas uma tendência mais negativa, em 2019 (-4% vs -1%); contudo, o efeito acumulado da crise (comparação de 2019 com 2016) é maior na perspectiva da procura interna de produtos internos (-20% vs -11%). Em qualquer das perspectivas, o efeito da crise nos rendimentos dos angolanos é muito significativo, sobretudo se tivermos em conta que 2016, foi, ele próprio, uma ano de recessão.

A procura interna de produtos internos *per capita*, que é uma boa aproximação ao rendimento médio bruto por pessoa, passou, de cerca de 230 USD para 190 USD por mês, entre os 1.ºs semestres de 2016 e 2019 (valores em USD de 2015).

Estrutura do VAB não-petrolífero

	Trimestres 2017				Trimestres 2018				2019	
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II
Peso da Agricultura, Pescas e Indústria	17,2%	19,5%	18,7%	17,8%	17,1%	19,6%	18,3%	16,2%	16,3%	19,5%
Peso da Agricultura, Pescas, Indústria e Outros Serviços	25,6%	32,8%	27,8%	27,2%	25,8%	32,4%	27,1%	25,6%	24,9%	32,4%
Peso da Construção e Serviços	78,8%	76,0%	77,6%	77,6%	78,7%	75,5%	78,3%	79,2%	79,4%	75,7%
Peso da Construção, Serv. Imobili., Serv. Públicos e Comércio	62,9%	53,2%	57,9%	59,3%	62,0%	52,9%	58,9%	60,8%	63,1%	53,3%

A estrutura do VAB não-petrolífero mantém-se fortemente concentrada e quase imutável. Comparando os pesos dos 2.ºs trimestres de cada ano, vemos que as variações são apenas de décimas: os sectores produtores de bens transaccionáveis valem, invariavelmente, 19,5%; incluindo “outros serviços”, onde uma parte não determinada corresponde ao turismo, o peso sobe para 32,4%; a Construção e os Serviços dominam cerca de 76% da economia não-petrolífera; e 4 sectores — imobiliário (construção e serviços imobiliários), serviços públicos e comércio — mantêm, invariavelmente, um peso de 53%. As variações são, sobretudo, sazonais.

Parece, por isso, que a característica mais marcante da nossa economia é a estagnação, o que indicia que são variáveis gerais que determinam o [fraco] dinamismo da produção. Os negócios não têm qualquer dinamismo próprio, as empresas são as mesmas, acomodadas e imóveis.

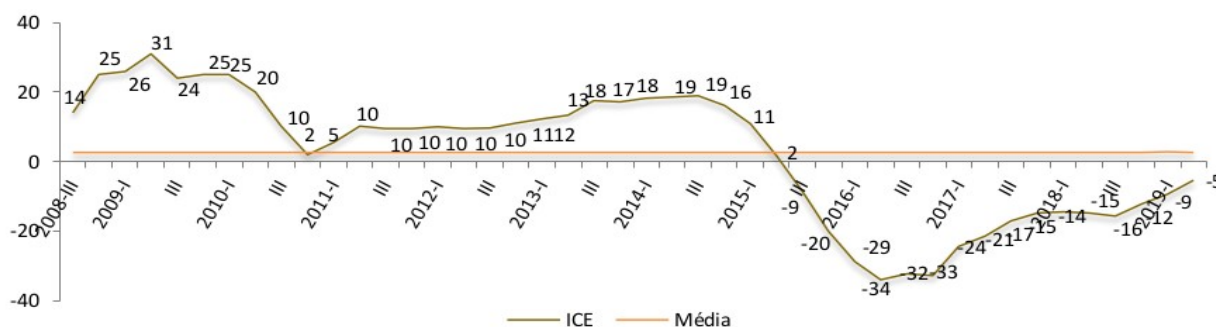
Apesar do peso dos Serviços se aproximar da média africana, a agricultura apresenta um peso comparativamente baixo, não sendo possível comparar os restantes sectores por estarem, normalmente, agrupados sob a designação indústria ou indústria e manufactura.

Parece, contudo, evidente que o país não é sustentável com a actual estrutura de produção, uma vez que quer grande parte dos serviços quer os sectores com maior peso na economia (imobiliário,

serviços do Estado e comércio) dependem fortemente dos rendimentos petrolíferos. Com a redução destes rendimentos, o Estado terá menos dinheiro para gastar em serviços públicos; parte significativa do comércio depende da quantidade de bens importados, que, por sua vez, depende das exportações petrolíferas; apenas o imobiliário se tem conseguido libertar, com algumas convulsões, da dependência petrolífera, tendo feito a transição do sub-sector “*prime*”, dependente dos expatriados, para o sub-sector da habitação da classe média e arrendamento.

O indicador de confiança do empresariado continua a revelar uma tendência de melhoria, que parece estar prestes a atingir terreno positivo, devendo, contudo, aguardar-se os efeitos da desvalorização e subida de preços ocorrida em Outubro.

Gráfico 1 - Indicador de Clima Económico (VE-MM3)



Emprego

O INE começou a divulgação regular das taxas de desemprego. Os dados estão ainda a estabilizar, contendo muitas incongruências. Neste sentido, não me parece adequado fazer já leituras das variações dos dados trimestrais. A informação do INE está contida na publicação “Indicadores de emprego e desemprego, inquérito ao emprego em Angola, folha de informação rápida — III Trimestre de 2019”, 2.ª Edição, de Outubro de 2019.

A redução dos mercados rurais diminuiu, significativamente, os rendimentos da população rural, que apresenta níveis crescentes de pobreza extrema, como foi recentemente reconhecido pelo INE. Porém, o problema do mundo rural, dominado pela agricultura de subsistência, reside na incapacidade de produção para o mercado e não no desemprego. É importante que o INE mantenha os cálculos e os vá melhorando, até para que possamos perceber o momento de inversão deste quadro de agricultura pré-capitalista, mas penso que cabe aos analistas separar as duas realidades para não prejudicar a análise.

O desemprego em Angola é, de momento, um problema da população urbana!

A taxa de actividade urbana (83,3%) demonstra a necessidade de trabalhar por parte de quase toda a população, mostrando que o emprego é precário, informal e totalmente incapaz de suprir as necessidades de adultos a cargo; na verdade, embora não exista evidência estatística, a qualidade do emprego não é, sequer, suficiente para manter as crianças a cargo dos agregados familiares com um mínimo de segurança alimentar, saúde e escolaridade. Note-se, por exemplo, que a taxa de actividade dos EUA é de cerca de 63%.

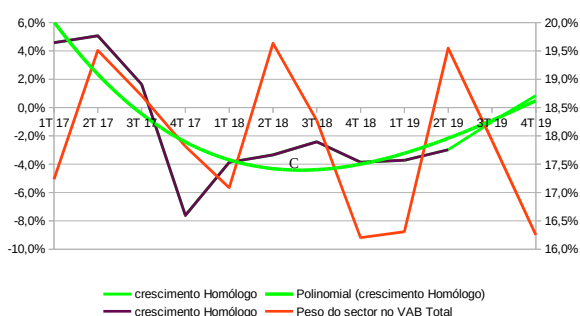
A taxa de desemprego urbana ronda os 40% (39% e 41% nos 2.º e 3.º trimestres, respectivamente). Estes valores constituem, em si mesmos, a demonstração da existência de uma fortíssima crise social. Não apenas as condições de emprego são precárias, exigindo que virtualmente toda a população necessite de estar empregada, como uma parte significativa, apesar de querer, não consegue trabalhar.

2.5 Total dos sectores prioritários

O país tem que produzir, internamente, os bens finais necessários à sua sobrevivência ou bens finais e serviços exportáveis. Sendo o mercado internacional fortemente competitivo, a curto prazo, o mais a que se pode aspirar é à substituição das importações. Em termos de exportações, poderemos aumentar a indústria extractiva, mas não só o seu peso, como substituto das exportações petrolíferas, é absolutamente negligenciável, como apenas adia o problema, por se tratar de mais exportações brutas de recursos naturais não renováveis. A curto prazo, a única exportação de recursos não esgotáveis é o turismo. Isso não significa que não se exporte o que se puder, apenas que o Estado deve saber definir estratégias, o que significa saber reduzir ao mínimo os objectivos onde se colocam os recursos para inverter as tendências. Nesse sentido, exportar não é, hoje, um objectivo estratégico (excepto no que se refere ao turismo), devendo o Governo, na minha opinião, colocar todos os recursos disponíveis no desenvolvimento dos sectores produtores de bens transaccionáveis (agricultura, pescas e indústria) e no turismo, medindo o sucesso das suas políticas através do crescimento e do peso destes sectores na economia não-petrolífera.

Enquanto isso não se verificar, a ideia de diversificação continuará a não passar de mera intenção.

Somei aos sectores prioritários de bens os “Outros Serviços”, assumindo que estes representam, maioritariamente, o turismo. Embora saibamos que não é assim, o pressuposto parece ser válido para uma análise dinâmica.



O crescimento deste conjunto de sectores passa para terreno negativo, no 4.º Trimestre de 2017, estabilizando, a partir daí, à volta da faixa dos -1% a -5%.

A linha de tendência passa para terreno negativo entre o 3.º e o 4.º Trimestre de 2017, apresentando, contudo, uma tendência crescente que cruza o eixo horizontal, se considerarmos a minha previsão.

O peso dos sectores apresenta uma tendência negativa ligeira revelando forte sazonalidade, com picos acentuados nos 2.ºs trimestres, baixando, posteriormente, até mínimos nos 1.ºs trimestres. A explicação desta estranha sazonalidade continua, para mim, a ser totalmente incompreensível.

Da análise destes números pode concluir-se que, longe de se estar a ganhar a batalha pela diversificação, a situação parece agravar-se.

2.6 Restante análise por sectores

Tentando responder a algumas críticas sobre o tamanho do relatório, coloquei a restante análise sectorial em anexo.

3 Esfera externa — Balança de Pagamentos (BP)

A fonte dos dados para esta análise é a publicação: “Balança de Pagamentos: 2012 – 2019 Apresentação Padrão” que pode ser encontrada no sítio do BNA, actualizada a 4/10/19.

3.1 Balança corrente e de capital

A análise que se segue compara os valores do 1.º Semestre de 2019 relativamente ao mesmo período de 2018 (últimas duas colunas).

Balança de Pagamentos - Milhões de USD	Trimestres 2018				Trimestres 2019		1º Sem 18	1º Sem 19
	I	II	III	IV	I	II		
Conta corrente	2 330	978	2 836	1 259	47	1 847	3 307	1 894
Balança de Bens e Serviços	4 151	2 926	4 902	3 522	1 920	4 074	7 078	5 994
Balança de Bens	6 394	5 659	7 074	5 833	4 022	5 920	12 054	9 942
Exportações	9 660	10 734	10 797	9 567	8 728	9 047	20 394	17 775
Importações	3 266	5 075	3 724	3 734	4 706	3 126	8 340	7 833
Balança de Serviços	-2 243	-2 733	-2 172	-2 310	-2 102	-1 846	-4 976	-3 947
Transferências de Rendimentos Primários	-1 732	-1 917	-1 998	-2 181	-1 789	-2 176	-3 650	-3 964
Transferências de Rendimentos Secundários	-89	-31	-67	-81	-84	-52	-121	-136
Conta de Capital	3	0	0	0	3	0	3	3

A **conta real**⁷ (real por oposição a conta financeira) reduziu-se significativamente (-1,4 mil milhões de USD).

Esta deterioração deve-se exclusivamente à **balança de bens**, que se reduz, em cerca de 2,1 mil milhões de USD, em resultado de uma redução das exportações em 2,6 mil milhões (-13%), compensada pela redução das importações em 500 milhões (-6%). A Balança de Serviços melhorou significativamente (mil milhões - 21%); a balança de transferências deteriora-se em 330 milhões.

A redução das **exportações** ficou a dever-se à quebra de 11% nas exportações de petróleo (5,7% em quantidade e 5,7% no preço médio). Embora sem significado, todas as restantes rubricas exportadas caíram, excepto diamantes: refinados -49%, gás -39% e todos os restantes produtos, -33,5%. Apenas os diamantes se salvaram, com um aumento de 14% em valor (3% em volume e 11% no preço).

	Trimestres 2018				Trimestres 2019		1º Sem 18	1º Sem 19
	I	II	III	IV	I	II		
Estrutura das Exportações								
Exportações Petrolíferas	97,0%	96,9%	97,3%	95,5%	95,1%	97,3%	96,9%	96,2%
Diamantes	2,4%	2,7%	2,3%	4,0%	4,4%	2,4%	2,6%	3,4%
Total Petróleo e Diamantes	99,4%	99,6%	99,5%	99,5%	99,5%	99,7%	99,5%	99,6%
Outras	0,6%	0,4%	0,5%	0,5%	0,5%	0,3%	0,5%	0,4%

A estrutura das exportações continua completamente monótona, com o petróleo a representar entre 95% e 96%, os diamantes entre 3% e 4% e, ambos, 99,5% das nossas exportações! A queda de 0,1% no peso das outras exportações só é significativa porque contraria frontalmente o objectivo de diversificação.

Em termos de **importações**, após a compra das “aeronaves e embarcações” no 1º Trimestre, tudo regressa aos “valores normais”. Embora haja uma redução de 10% na aquisição de bens de consumo, de 5% nos bens de investimento e um aumento de 13,5% nos bens intermédios, estes movimentos não provocaram alterações significativas na estrutura, se excluirmos a anormal compra de “Aeronaves e embarcações” no 2.º Trimestre de 2018 e 1.º Trimestre de 2019.

	Trimestres 2018				Trimestres 2019		1º Sem 18	1º Sem 19
	I	II	III	IV	I	II		
Estrutura das Importações								
Bens de Consumo	65,4%	46,1%	61,2%	67,0%	41,3%	66,3%	53,7%	51,3%
Bens intermédios	9,7%	7,8%	14,4%	11,3%	9,0%	12,3%	8,5%	10,3%
Bens de Capital	24,9%	46,1%	24,4%	21,7%	49,7%	21,4%	37,8%	38,4%

Olhando para as duas últimas colunas, assiste-se a uma redução dos bens de consumo de 2,4 pp

⁷ Chamei Conta Real ao conjunto da Conta Corrente e Conta de Capital para incluir esta última, que é uma particularidade da apresentação do BNA. Na verdade, não se entende para que serve esta Conta de Capital, que recolhe cerca de 3 milhões de USD anuais, sempre no 1.º Trimestre de cada ano.

tendo como contrapartida um aumento de 1,5 pp nos bens intermédios e 0,6 pp nos bens de capital (apesar do declínio em valor). A estrutura devia alterar significativamente com a aquisição de muito mais bens de investimento e intermédios e a redução dos bens de consumo, o que depende, sobretudo, da capacidade de atrair investimento, antes de mais, nacional.

Gostaria ainda de perceber a que se referem as importações de 1,6 mil milhões de USD de “Aeronaves e Embarcações”, totalizando 3,2 mil milhões de USD no conjunto dos primeiros semestres de 2018 e 2019. No mesmo período, importámos 2,7 mil milhões de bens alimentares, e toda a gente comentou o assunto como se o Apocalipse estivesse próximo, mas ninguém pareceu notar estas estranhas aquisições. Evidentemente que importar bens alimentares sem exportar bens finais é muito mau; mas importar barcos e aviões não produtivos é muito pior. Terão sido embarcações de pesca? Então porque decresceu o sector? Terão sido aeronaves de combate? Será isto prioritário, nesta altura de crise? Seria útil o Executivo explicar os números oficiais sempre que aparentem contradizer as suas políticas.

As “exportações” de serviços melhoraram ligeiramente, de 5% para 7% das “importações” de serviços, correspondendo a um aumento dos serviços prestados e a uma redução dos serviços adquiridos, mas a balança mantém-se fortemente desequilibrada.

A prestação de serviços ao exterior concentra-se na rubrica “Viagens” que representa 88% em ambos os semestres.

	Trimestres 2018				Trimestres 2019		1º Sem 18	1º Sem 19
	I	II	III	IV	I	II		
Estrutura das aquisições de serviços ao exterior								
Total Serviços adquiridos								
Transporte	29,9%	36,4%	33,3%	31,4%	42,6%	35,6%	33,5%	39,4%
Viagens	6,4%	4,9%	5,9%	5,0%	4,8%	5,9%	5,6%	5,3%
Construção	18,0%	22,6%	17,4%	16,3%	14,0%	15,6%	20,5%	14,7%
Serviços de seguros e previdência	4,7%	2,9%	3,7%	4,5%	3,3%	3,7%	3,7%	3,5%
Serviços financeiros	5,0%	3,0%	3,5%	3,9%	2,5%	3,6%	3,9%	3,0%
Outros Serviços de Negócios	28,6%	24,3%	26,3%	27,5%	24,4%	27,0%	26,2%	25,6%
Dos quais: sector petrolífero	22,7%	16,9%	21,4%	20,1%	20,8%	23,3%	19,5%	22,0%
Outros	7,4%	6,0%	10,0%	11,5%	8,4%	8,6%	6,6%	8,5%

Os serviços adquiridos ao exterior são essencialmente compostos por: transportes, serviços às petrolíferas — que requerem capitais e conhecimentos difíceis de conseguir a curto prazo — e construção — que pode ser, imediatamente, substituída por serviços internos. Todas as “importações” de serviços diminuem significativamente (entre -20% e -40%), excepto transportes, que apenas se reduzem 5%. Destaque para a redução de 450 milhões de USD na Construção (-42%), o que é de saudar, mesmo que parte possa ter sido consequência da falta de verbas e declínio do mercado “prime”, no sector imobiliário. No conjunto, a aquisição de serviços reduziu-se em mil milhões de USD (19%), o que é um excelente sinal!

Balança comercial — bens e serviços

A balança comercial é sempre positiva ao longo de toda a série, tendo-se reduzido significativamente (1,1 milhões de USD) devido ao decréscimo da balança de bens em 2,1 mil milhões e da melhoria da Balança de Serviços em mil milhões.

Parece haver, hoje, uma melhor aceitação de que as restrições às importações da cesta básica (DP⁸ 23/19) apenas trazem escassez e inflação e de que a protecção às indústrias nascentes se deve fazer através da pauta aduaneira e com carácter excepcional. Contudo, os instrumentos jurídicos de execução destas políticas, a revogação do DP acima referido e a aprovação da nova pauta aduaneira, tardam a concretizar-se. A alteração das políticas continua a ser feita através da aplicação selectiva

8 Decreto Presidencial 23/19 que determina a obrigatoriedade de justificação da necessidade de importação para algumas classes de bens.

da lei e não através da adequação dos instrumentos legais às políticas.

A **balança de transferências** continua a demonstrar que a confiança dos agentes na moeda e na economia do país permanece quase nula.

Os emigrantes angolanos continuam a nada transferir para o país, e, dos rendimentos de investimentos em acções, obrigações e similares, apenas 8,6 milhões de USD foram repatriados. As únicas transferências para o país, dignas de registo, são os 290 milhões de USD relativos a juros.

Já relativamente às transferências para o exterior, registou-se um valor de 4,3 mil milhões (+10%), com os rendimentos dos juros a atingirem 1,2 mil milhões (+23%).

As transferências de rendimentos secundários, onde estão incluídas transferências de viagens, apoio familiar, tratamento, etc., atingiram 141 milhões (+10%).

Comparando a posição do total do investimento estrangeiro em Angola (passivos de todas as naturezas), no final do período, com os juros e lucros exportados no período e a posição do investimento total angolano no exterior (total de activos incluindo activos de reserva) com os lucros e juros transferidos para o país, obtemos o seguinte quadro:

Valores em milhões de usd	2017	2018	1º S 19
Passivos Financeiros - Investimento estrangeiro	81 509	77 763	77 584
Lucros e Juros	7 235	7 796	8 099
Rendimento transferido (% do investimento)	8,9%	10,0%	10,4%
Activos Financeiros - Investimento angolano	45 118	46 081	46 451
Lucros e Juros	239	448	595
Rendimento transferido (% do investimento)	0,5%	1,0%	1,3%
Valores anualizados (valor semestral x 2)			

Em média, foram exportados, nos últimos 2 anos, rendimentos correspondentes a cerca de 10% da posição do investimento estrangeiro. Em contrapartida, os rendimentos repatriados são ridiculamente baixos. Apesar de tudo, existe uma tendência crescente da percentagem de resultados repatriada. É urgente que os investimentos no exterior comecem a gerar fluxos de fundos adequados.

3.2 Conta financeira, reservas e discrepâncias

Separei a conta de reservas da restante conta financeira.

Balança de Pagamentos - Milhões de USD	Trimestres 2018				Trimestres 2019		1º Sem 18	1º Sem 19
	I	II	III	IV	I	II		
Balança Financeira (+recebido; -concedido)	-2 710	-481	-3 853	-261	372	-1 672	-3 191	-1 300
Investimentos Financeiros	171	-1 404	-791	-771	-1 975	-168	-1 233	-2 143
Carteira e Derivados	48	13	-23	64	-2 139	-133	60	-2 272
Moeda e Depósitos	123	-1 417	-768	-835	164	-35	-1 294	129
Depósitos estrangeiros em Angola	312	-266	-154	-40	13	72	46	85
Depósitos angolanos no estrangeiro	189	1 151	614	795	-151	107	1 340	-44
Outras contas	-299	-429	-1 047	-401	-115	278	-728	163
Empréstimos	-1 168	2 808	-315	2 078	871	-888	1 640	-17
Empréstimos recebidos	-1 176	2 801	-327	2 118	839	-873	1 625	-35
Empréstimos concedidos	-8	-7	-12	40	-32	14	-15	-18
IDE	-1 414	-1 456	-1 701	-1 167	1 592	-894	-2 870	698
IDE estrangeiro em Angola	-1 414	-1 455	-1 700	-1 164	-803	-894	-2 869	-1 697
IDE angolano no estrangeiro	0	1	1	4	-2 394	0	1	-2 394
Reservas Brutas	-422	1 287	-1 609	-198	-397	-89	864	-486
Discrepâncias	-44	790	-591	-1 196	-819	-264	745	-1 083

A conta financeira, sem reservas, foi muito negativa, no 1.º Semestre de 2018, retirando montantes

elevadíssimos ao país (3,2 mil milhões de USD). O 1º Semestre de 2019 apresenta uma Balança Financeira ainda muito negativa, com um fluxo de saída de fundos correspondente ao investimento directo estrangeiro negativo (-1,7 mil milhões), parcialmente compensado pelos restantes fluxos (400 milhões de USD).

A análise da **posição do investimento internacional** tem como fontes os ficheiros “Balança de Pagamentos – Apresentação Padrão” e “Posição do investimento internacional: 2012 – 2019” existentes no portal do BNA.

Nas colunas “Fluxos”, os valores positivos nos activos e negativos nos passivos são saídas de fundos; os fluxos negativos nos activos e positivos nos passivos são entradas de fundos.

As colunas “Pos” — posição do investimento estrangeiro — representam o valor dos activos detidos pelos agentes económicos nacionais (activos) e estrangeiros (passivos)⁹.

Posição do Investimentos Financeiros (Milhões de USD)	Pos 2017	Fluxos 18	Pos 2018	Valorização	%	Fluxos 1º Sem 19	Pos 1º Sem 19	Valorização	%
Activos - Investimento Angolano no Exterior	26 890	3 274	29 910	-253	-0,9%	501	30 427	15	0,1%
Investimento Directo	6 023	6	5 132	-897	-16,1%	-2 394	3 645	908	20,7%
Empréstimos	2 003	-1 869	134	0	0,0%	-18	116	0	0,0%
Moeda e Depósitos	12 622	4 631	17 254	0	0,0%	-44	17 210	0	0,0%
Carteira	1 911	-153	2 402	644	29,8%	2 272	3 781	-893	-28,9%
Derivados	0	51	51	0	0,0%	1	52	0	0,0%
Crédito comercial	4 318	608	4 926	0	0,0%	668	5 594	0	0,0%
Outras contas a receber	13	-1	11	0	0,0%	17	28	0	0,0%
Passivos - Investimento estrangeiro em Angola	81 509	-4 032	77 763	-287	-0,4%	-798	77 584	-619	-0,8%
Investimento Directo	29 436	-5 732	23 704	0	0,0%	-1 697	22 007	0	0,0%
Empréstimos	49 050	3 417	52 410	57	0,1%	-35	52 994	-619	-1,2%
Moeda e Depósitos	1 317	-148	1 169	0	0,0%	85	1 254	0	0,0%
Carteira	0	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%
Derivados	0	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%
Crédito comercial	894	-918	0	-24	-5,4%	828	828	0	0,0%
Outras contas a pagar	812	-651	481	-319	-49,4%	20	500	0	0,0%
Activos de Reserva	18 228	-942	16 170	-1 115	-6,5%	-486	16 024	340	2,1%

A posição do investimento no final do período anterior, somada com os fluxos, não é igual à posição no final do período seguinte porque os activos financeiros se valorizam (positiva ou negativa), o que está representado nas colunas “Valorização”.

As células “pintadas” a amarelo foram sujeitas a correcções que serão explicadas posteriormente.

Investimento angolano no exterior (activos)

Investimento directo: Em 2018, há uma desvalorização deste tipo de activos em cerca de 900 milhões, compensada, em 2019, por uma valorização do mesmo montante. Penso que seria útil nota explicativa sobre os critérios de valorização, por parte do BNA.

Em 2019, o fluxo do desinvestimento (2,4 mil milhões) praticamente compensa o investimento em carteira (2,3 mil milhões), correspondendo à troca de um investimento mais comprometido com a gestão por um investimento não qualificado, preocupado com a valorização especulativa dos títulos. Se for feita uma gestão cuidada e sem risco excessivo pode ser uma boa opção.

Empréstimos: entre a posição no início de 2018 mais os fluxos e a posição no final de 2018, existia a mesma exacta diferença (1.833 milhões de USD) mas com sentido contrário, entre empréstimos, de um lado, e moeda e depósitos, de outro. Optei por considerar que as posições, no final de 2018, estavam correctas, tendo corrigido os fluxos. Portanto, “desfizemo-nos” dos empréstimos concedidos ao exterior (ficaram 134 milhões), convertendo os restantes 1,8 mil milhões em moeda que ficou depositada no estrangeiro. Em 2019, não existem movimentos significativos.

⁹ Para facilitar a compreensão, chamei nacionais e estrangeiros aos residentes e não residentes cambiais, respectivamente.

Moeda e depósitos: para além dos 1,8 mil milhões acima referidos, foram transferidos, em 2018, mais 2,7 mil milhões para contas de angolanos no exterior. Em 2019, os fluxos são residuais. No final do 1º Semestre, o volume de depósitos no exterior totalizava mais de 17 mil milhões de USD, comprometendo o discurso governamental sobre o repatriamento de capitais.

Investimento em carteira e derivados: o investimento de carteira no exterior foi praticamente nulo em 2018. O fluxo de 2019 corresponde à transferência de investimento em IDE para Investimento de Carteira. Existe um *stock* de 3,7 mil milhões de USD no final do semestre.

Crédito comercial concedido: o crédito comercial adicional, concedido no 1.º Semestre, totaliza já 668 milhões, contra 608 em todo o ano de 2018. Embora de curto prazo, é importante manter o controlo sobre esta rubrica, que totaliza, já, um valor acumulado de 5,6 mil milhões de USD.

A rubrica “outras contas a receber” é residual e sem importância para a análise.

O total de investimento angolano no exterior (sem reservas) subiu, no 1.º Semestre, de 29,9 para 30,4 mil milhões de USD. O governo deveria explicar a discrepância entre o discurso e a realidade do repatriamento de capitais, explicando a razão do fracasso da sua política e se a pretende manter e fazer cumprir ou se alterou a sua decisão; ter uma política, não a cumprir e nada dizer não contribui para o seu crédito.

Investimento estrangeiro em Angola (passivos):

Investimento directo: continua sem explicação a discrepância nos valores do investimento estrangeiro no ano de 2017: a posição no início do ano era de cerca de 29 mil milhões de USD, a posição no final do ano, os mesmos cerca de 29 mil milhões. Devia, pois, ter havido um fluxo quase nulo porque a valorização destes activos nem é, tradicionalmente, significativa, nem poderia ter sido, nesse ano, positiva. No entanto, o fluxo é de cerca de -7,4 mil milhões, originando uma “valorização” de 7,6 mil milhões. Este fluxo fantasma teve uma influência decisiva na redução do valor das reservas do país que nunca foi explicada. Insisto, desde 2017: onde andam estes 7,6 mil milhões de USD?

Que me desculpem os leitores, mas vou manter este parágrafo em todos os meus relatórios até que me expliquem o que aconteceu.

Em 2018, esta rubrica apresenta um fluxo de desinvestimento no valor 5,7 mil milhões de USD (dos quais -5,9 no sector petrolífero e 0,2 no não-petrolífero); em 2019, o desinvestimento continuou, embora a ritmo mais reduzido (-1,7 mil milhões, tudo no petrolífero).

Seria útil apresentar a posição do investimento estrangeiro por sectores e explicar os objectivos do Governo relativamente à atracção de investimento estrangeiro: não vai ser possível estancar o fluxo de desinvestimento estrangeiro? Quando se inverterá a situação, passando a haver atracção líquida de poupanças estrangeiras, em vez desta contínua saída de capitais? Em que montantes? Estas informações são importantes e deviam preocupar as pessoas encarregadas da informação governamental. Os investidores sabem ler os números e, quanto menos os perceberem, menos investem.

Empréstimos: corriji os saldos e fluxos correspondentes aos empréstimos titulados (eurobonds, etc.), retirando-os de investimento externo de carteira para empréstimos, como decorre da sua natureza.

Em 2018, o fluxo de aumento líquido da dívida externa representou cerca de 3,4 mil milhões de USD; em 2019, o fluxo é residual, -35 milhões; porém, uma valorização destes empréstimos no montante de 620 milhões (1%) elevou o *stock* de dívida externa para 53 mil milhões de USD, no final do 1º Semestre.

Moeda e depósitos: esta rubrica não apresenta variações dignas de nota.

Crédito comercial: a soma dos fluxos, em 2018 e 2019, é praticamente nula, sendo o *stock* da dívida comercial ao estrangeiro virtualmente igual ao do final de 2017.

Outras contas (incluí aqui os direitos especiais de saque): em 2018, há um fluxo de saída de fundos de cerca de 650 milhões com uma valorização de 319 milhões, pelo que o fluxo deve ter sido negativo mas apenas na ordem dos 330 milhões. Em 2019, não há variações significativas.

Erros: O ficheiro do BNA, “Posição do investimento internacional: 2012 – 2019”, contém 2 erros, em 2019, o que não é nada habitual nos documentos do BNA. A valorização dos “Direitos Especiais de Saque” tem o sinal invertido e os Empréstimos do BNA de Longo Prazo têm o calculo da variação errado !!!!

Em resumo, a conta financeira melhorou significativamente, mas há que atacar o problema da rentabilidade dos investimentos externos, criando condições de atractividade para a sua repatriação, e, sobretudo, inverter a trajectória de desinvestimento estrangeiro.

Reservas brutas:

Mantenho a apresentação com as Reservas separadas da Conta Financeira.

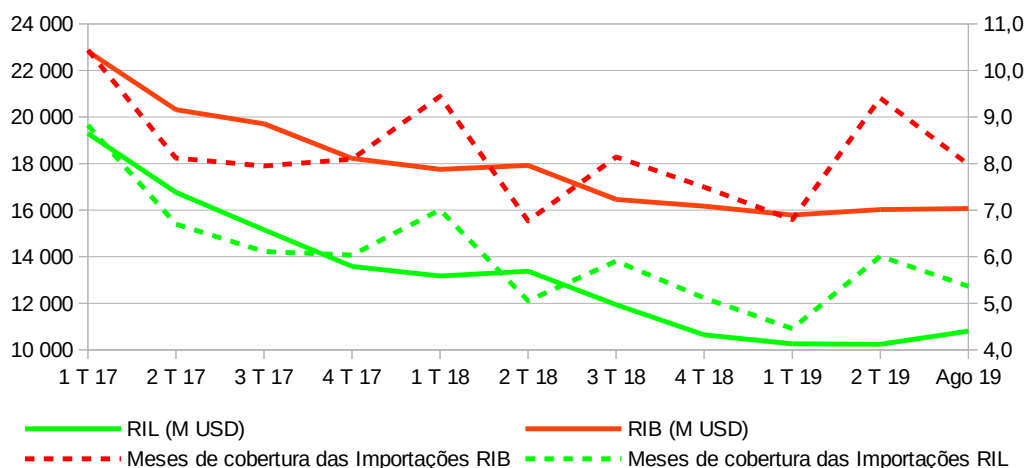
Balança de Pagamentos - Milhões de USD	Trimestres 2018				Trimestres 2019		1º Sem 18	1º Sem 19
	I	II	III	IV	I	II		
Conta corrente	2 330	978	2 836	1 259	47	1 847	3 307	1 894
Conta de Capital	3	0	0	0	3	0	3	3
Balança Financeira (+recebido; -concedido)	-2 710	-481	-3 853	-261	372	-1 672	-3 191	-1 300
Reservas Brutas	-422	1 287	-1 609	-198	-397	-89	864	-486
Discrepâncias	-44	790	-591	-1 196	-819	-264	745	-1 083

A Conta Corrente é, em 2018, altamente positiva (7,5 mil milhões) apenas para “pagar” uma conta financeira extremamente negativa (7,3) mil milhões); as reservas brutas deveriam ter crescido cerca 100 milhões. A redução de 940 milhões deve-se ao valor de mil milhões de USD de discrepâncias estatísticas.

Em 2019, a Conta Corrente é positiva em cerca de 1,9 mil milhões, que suportaram o desinvestimento estrangeiro responsável pelo saldo de -1,3 milhões na Balança Financeira. As Reservas Brutas teriam crescido 600 milhões, mas, na realidade, decresceram 500 milhões, havendo discrepâncias estatísticas no valor de 1,1 mil milhões, que constituem um valor anormalmente elevado.

Para além destes fluxos negativos nas reservas brutas, assistiu-se, em 2018, a uma desvalorização dos activos, no valor de 1,1 mil milhões de USD (aliás, o mesmo que já tinha ocorrido em 2017). Em 2019, os Activos de Reserva valorizaram-se em 340 milhões de USD (2,1%), o que, não sendo brilhante é, pelo menos, positivo.

Evolução das RIL e RIB



As **reservas brutas** estabilizaram em torno dos 16 mil milhões de USD; com o decréscimo das importações, no 2º Trimestre de 2019, a cobertura sobe para 9 meses; a cobertura de Agosto foi calculada dividindo o valor das reservas pelas importações médias do 1º Semestre.

As Reservas Internacionais Líquidas (RIL = RIB menos passivos relacionados com reservas) apresentam uma primeira estabilização entre o 4.º Trimestre de 2017 e o 2.º de 2018; depois, apresentam uma queda acentuada para próximo dos 10 mil milhões, no 4.º Trimestre de 2018, estabilizando, a partir daí.

A variação dos passivos relacionados com reservas (PRR), em 2018, deve-se principalmente aos movimentos dos empréstimos com acordos de recompra (REPO¹⁰), que passaram a ser considerados nesta rubrica, em 2016. Os PRR passam de 4,6 mil milhões para 5,5 mil milhões (o que reduz as reservas líquidas em cerca de 900 milhões), sendo 4 mil milhões referentes a empréstimos REPO de longo prazo (reduzem 500 milhões), +500 mil milhões referentes ao empréstimo REPO de curto prazo negociado nesse ano (anulando-se mutuamente) e 994 referentes ao empréstimo do FMI recebido no final do ano. Nos primeiros oito meses de 2019, há um crescimento acumulado dos PRR no montante de 201,5 milhões de USD, dos quais, 248 correspondem à 2.ª tranche do empréstimo do FMI e o restante a pagamentos de créditos REPO anteriores.

Os meses de cobertura oscilam entre 5 e 6 a partir do 2.º Trimestre de 2018.

4 Políticas governamentais

4.1 Ambiente de negócios

Doing Business	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Index	40,63	42,88	41,66	37,46	39,64	38,41	41,49	43,86	41,3
Ranking	172	172	180	183	181	182	175	173	177

A nossa classificação regrediu 4 posições, em 2020; somos, agora, o 14.º país pior classificado do mundo!



Os piores desempenhos referem-se ao cumprimento dos contratos e obtenção de crédito. Contudo, as classificações são, em geral, muito más, abaixo da posição 150, com excepção da protecção de investidores minoritários (147.º), da criação de um negócio (146.º — que, por sorte nossa, avalia o tempo de criação das empresas), da obtenção de licenças de construção (120.º) e a da facilidade de pagamento de impostos, 106.º.

Esta última parece avaliar a facilidade de pagamento para as empresas registadas no portal da AGT;

¹⁰ Repurchase agreements.

o pagamento dos impostos para a generalidade dos contribuintes continua a ser extremamente penalizante; para o comprovar, basta dirigirmo-nos a qualquer repartição de finanças, em qualquer final de mês.

Os investidores procuram rentabilidade; é essa a sua “razão de viver”! Porém, curiosamente, os indicadores de rentabilidade são de difícil acesso, sobretudo em países como o nosso. Esta falta de informação conduz a que se procure a informação junto dos empresários já estabelecidos antes de se iniciar um negócio. Ora, muito naturalmente, os modelos de negócio existentes ainda se baseiam, maioritariamente, numa forte componente importada: era o que decorria da política governamental de subsídio às importações através da taxa de câmbio. Essa política desastrosa para a indústria nacional, felizmente, acabou; mas não sem consequências. O Kwana desvalorizou-se, e a procura reduziu-se, do que resultou que parte significativa do agravamento dos custos não pode ser passada aos clientes finais, degradando a rentabilidade. No mês de Outubro, a introdução do IVA e a desvalorização, simultânea, do Kwana constituíram uma oportunidade para os negócios refazerem os seus modelos, reduzindo as quantidades e aumentando fortemente a margem. As rentabilidades foram razoavelmente repostas à custa do sacrifício da maioria dos cidadãos. O Governo tem agora dois caminhos: ou tenta apertar o controlo sobre os preços, como tentou no passado, sem qualquer sucesso, ou aproveita esta subida da rentabilidade para atrair novos negócios. **Caso o Governo perceba este movimento, atraindo, urgentemente, investimento, sobretudo nacional, a pressão da concorrência baixará as margens e preços, criando modelos de negócio mais saudáveis baseados em volumes elevados e margens reduzidas; caso contrário, voltaremos a um modelo dominado pela oferta, com margens e preços muito elevados a suportarem volumes de actividade reduzida.**

Agrava a situação o risco acrescido do país, não apenas pela dependência do petróleo, cuja produção se reduz, mas também pela alteração constante dos modelos de negócio resultantes das constantes alterações e, mesmo, inversões das políticas governamentais. O elevado risco no passado recente era minimizado pelas elevadas rentabilidades sustentadas pelo petróleo; actualmente, as rentabilidades são reduzidas, e o risco aumentou com a degradação da produção petrolífera.

Para além de algumas acções estratégicas, o que é fundamental é um funcionamento regular e contínuo das regras e das instituições do Estado, permitindo uma vida tranquila e previsível aos agentes económicos, coisa a que nunca se deu prioridade. Esta acção quotidiana, regular e invisível para que a sociedade funcione de forma organizada e tranquila continua por realizar.

O estabelecimento de um conjunto de regras simplificadas e estáveis representa a base de toda a economia de mercado. Sem esta base não existe tecido empresarial suficiente para promover a produção e o emprego. A intromissão do Estado, através de regras administrativas confusas, dispersas, de difícil acesso e compreensão, muitas vezes totalmente desajustadas ao nível de desenvolvimento da economia e, para cúmulo, interpretadas de forma variável pelos seus agentes, promove a corrupção e é, do meu ponto de vista, **o principal factor de repulsão dos investimentos.**

Esta reforma no sentido da clarificação e simplificação não tem custos, antes liberta os serviços de actividades burocráticas e de inspecção desnecessárias e ineficazes, potenciando uma importante poupança de recursos a curto prazo. Não podemos ter um conjunto de regras confusas e de difícil interpretação e acesso, “atirando” para cima dos empresários com fiscais que as interpretam, cada um à sua maneira, e depois ficarmos muito espantados por não haver investimento. Enquanto não se fizer um trabalho sério e urgente para a clarificação e simplificação das regras, divulgando o que se exige dos empresários, constituindo, simultaneamente, limite inultrapassável pela fiscalização, não haverá investimento significativo.

O leitor poderá ter achado estranha a afirmação de “que, por sorte nossa, [o índice *doing business*] avalia o tempo de criação das empresas”. É que, das empresas criadas até 2018, 70% nunca

iniciaram a sua actividade. Entre a criação e o início da actividade, 70% (70,4%, em 2018, vs 69%, em 2017) dos empresários tinham sucumbido, as mais das vezes afundados num pântano de burocracia, autorizações de todos os tipos e actuações intimidatórias de agentes inescrupulosos. Por nossa sorte ou azar, mede-se a criação das empresas e não o tempo que se demora a iniciar uma actividade!

O nível de burocracia do Estado continua imenso. A reestruturação do aparelho de Estado deve começar por um **substancial corte no número de ministérios, eliminando funções redundantes e desnecessárias e postos de trabalho burocráticos**, ao mesmo tempo que se aumentam os efectivos necessários: educação, saúde, justiça e polícia. A reestruturação do aparelho de Estado não é uma opção, é uma exigência para se sair da crise, tornando eficaz a despesa pública. Ora, até agora, ao invés de termos um esforço sério de redução drástica dos ministérios fala-se num bairro dos ministérios; em vez de se reduzirem as agências do Estado, criam-se mais estruturas, num emaranhado de redundâncias que reduz a eficácia do funcionamento.

Um importante aspecto do ambiente de negócios corresponde, também, aos custos de contexto (ex.: compra de água de cisternas; gás para geradores; contratação de seguranças privados; etc.). Estes custos adicionais tornam os nossos produtos menos competitivos, reduzindo fortemente a atractividade dos investimentos. Resolver estes problemas com uma adequada política fiscal é um imperativo de um governo eficiente.

O capital deve acumular-se para poder ter alguma capacidade de investimento. Acções, com vista à agregação de capitais e, sobretudo, ao reinvestimento dos lucros, devem ser fortemente incentivadas pelo Estado, o que continua por se verificar, pelo menos com a intensidade necessária.

Um dos principais entraves, ao crédito, à acumulação de capital e à capacidade de forçar o cumprimento dos contratos, reside na forma obsoleta da propriedade imobiliária e na sua falta de registo. Consistindo a maioria do capital existente no país (e em quase todos os países do mundo, incluindo os mais desenvolvidos) em activos imobiliários, a falta do seu registo e de transparência dos direitos de propriedade, impede as garantias necessárias aos empréstimos e a execução de decisões judiciais que representam fortes entraves ao ambiente de negócios. A transformação das relações de propriedade e o seu registo, especialmente da propriedade da terra e construções, para que possam funcionar como capital, deveriam representar, conseqüentemente, uma importante prioridade do Estado.

Esta situação é particularmente gravosa nas áreas rurais, onde extensões enormes de terrenos improdutos se encontram vedados a qualquer actividade económica e, simultaneamente, as empresas detentoras de capital e conhecimento se vêem confrontadas com inúmeras intromissões nas suas terras. Parece dominar a lei do mais forte e não a autoridade do Estado. Os poderosos delimitam terras e impedem pastagens e exploração agrícola aos camponeses tradicionais, ao mesmo tempo que mantêm as terras improdutas; em contrapartida, os empresários agrícolas, nacionais ou estrangeiros, que não têm poder, são sujeitos à invasão das suas terras por camponeses e autoridades tradicionais, usando práticas de extorsão que provocam o abandono dos projectos ou a redução da sua actividade. O Estado tem, urgentemente, de definir a propriedade agrícola, de exigir que os “proprietários” de extensões relevantes paguem ao Estado, sob a forma compra, renda ou imposto, o que lhes foi, indevidamente, atribuído; de impedir a manutenção de terras improdutas através da imposição de forte taxaçaõ da inactividade; de impor o cumprimento dos títulos de posse concedidos, constituindo-se no único agente a quem eventuais reclamantes possam demandar reparação ou compensação, deixando os agentes privados actuar tranquilamente nas suas explorações; e, evidentemente, são necessárias estradas em bom estado para que os mercados rurais apareçam.

Sem resolver o problema das relações de propriedade e organização da produção, sem que se atraia o investimento nacional para que este atraia o investimento estrangeiro, a economia levará

demasiado tempo a reerguer-se; e, entretanto, a crise económica já se tornou uma crise social.

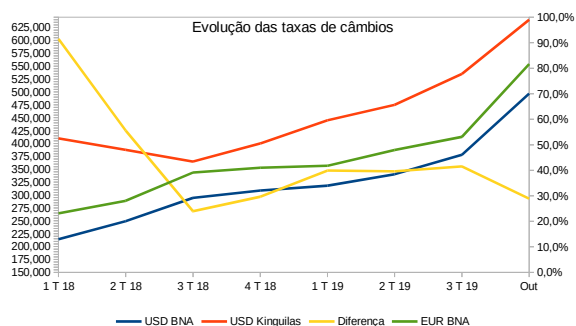
Uma parte significativa da desorientação e inacção nos aspectos acima focados é, na minha opinião, devida ao facto destes problemas não estarem descritos nos manuais. Os manuais descrevem políticas pressupondo relações económicas capitalistas normais; sem que estas existam, as políticas macroeconómicas quer fiscais quer monetárias, originarão resultados perfeitamente aleatórios, porque as condições da sua aplicação não estão nem estudados nem percebidos. A solução, não é, evidentemente, fazer estudos e teoria de resultados imprevisíveis, antes deixarmos de ser um país atípico para nos transformarmos, de uma vez por todas, num país normal!

Em resumo, a revisão da actuação do Estado, quer no que se refere à alteração da prática dos agentes da autoridade, quer do nível de burocracia, quer da organização das relações sociais de produção, continua por realizar e sem que se vislumbre uma linha de actuação clara. Nestas condições, não é de admirar que recuemos na classificação do ambiente de negócios, que os empresários nacionais não invistam e que, conseqüentemente, o investimento estrangeiro seja irrisório.

4.2 Política monetária

4.2.1 Política cambial

Os dados desta secção foram retirados do ficheiro “Taxas de Câmbio”, que pode ser encontrado no sítio do BNA.



No ano passado, as duas divisas de referência valorizaram-se fortemente, de Janeiro a Outubro, no mercado formal (linhas verde e azul), ao mesmo tempo que se desvalorizavam no mercado informal (linha vermelha). Conseqüentemente, a diferença (linha amarela) tem uma queda brusca desde um máximo de 160%, no final de 2017, para um mínimo de 25%, no final do 3.º Trimestre do ano passado.

A partir desse ponto, os câmbios no mercado formal apresentam uma subida ligeira (3% a 4% por trimestre), enquanto se deterioram rapidamente no informal (a uma média trimestral de cerca de 10%), elevando a diferença até perto de 40%. Este afastamento parece ter feito soar os alarmes. Em Outubro, o BNA deixou desvalorizar¹¹ intensamente o Kwanza. De 30 de Setembro a 25 de Outubro, data de entrada em vigor da liberalização cambial, o Kwanza tinha desvalorizado 26% (cerca de 1% ao dia); no conjunto do mês de Outubro, a desvalorização foi de 31,4% (os mesmos 1%).

A tese do BNA é a de que o mercado informal, apesar de não ter qualquer expressão em volume, fixa uma taxa que, por razões históricas, é mais valorizada do que a taxa do BNA. Portanto, a existência de um número muito reduzido de transacções, num mercado cuja fonte de abastecimento de divisas é ilegal, fixa um câmbio que distorce o mercado, “atraindo” a taxa oficial, o que provoca uma desvalorização artificial da nossa moeda e pressiona a inflação. Liberalizando, retira-se a procura ainda existente ao mercado informal que deixa de ter razão para existir, passando a vigorar, unicamente, a taxa oficial.

Aparentemente, o BNA terá alguma razão porque, desde finais de Outubro, até 15 de Novembro, o

¹¹ Existe uma diferença académica entre desvalorização e depreciação que em nada contribui para a clarificação das conseqüências económicas do problema. Conseqüentemente, como a única coisa que me importa é a economia, utilizo indiferentemente estas expressões.

Kwanza valorizou 6% no mercado formal e manteve a taxa no informal. Contudo, não deve o BNA esquecer-se de que esta apreciação se ficou também a dever a uma política monetária muito restritiva, que, a manter-se, penalizará fortemente o crédito e o crescimento. Deve, portanto, a política monetária ser alargada de forma gradual mas constante, de forma que uma política monetária expansionista suceda à actual política, garantindo, simultaneamente, um mercado oficial que não restrinja administrativamente a procura e que o abastecimento de divisas seja suficientemente para não deixar deteriorar a moeda mais do que a medida da perda da produtividade real comparada (a nossa produtividade face à produtividade dos nossos principais parceiros comerciais). Mais uma vez, a falta de coordenação é manifesta: num momento em que se exigiria a colocação da polícia na rua para dar o golpe de misericórdia no mercado informal, parece existir a mais completa apatia do aparelho repressivo do Estado.

Na minha opinião, o BNA cometeu o gravíssimo erro de parar a liberalização, em Outubro do ano passado. Em vez de aproveitar o sentimento de domínio sobre o mercado, continuando a liderar a fixação da taxa de câmbio e atraindo o mercado paralelo, caiu num imobilismo sem sentido, deixando o trabalho a meio: o vazio foi preenchido pelo mercado informal que retomou a liderança. Como resultado, um mercado totalmente distorcido, sem abastecimento legal de notas estrangeiras e de uma dimensão mínima, passou, novamente, a ser tido como o representativo do mercado de câmbios; o BNA viu-se forçado a ceder a liderança.

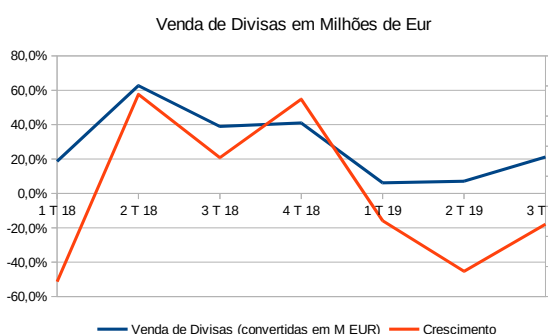
Ainda é muito cedo para se poderem tirar conclusões, mas parece-me que a liberalização, embora com consequências graves por ter sido desnecessariamente tardia e repentina, foi adequada e irá estabilizar o Kwanza nos próximos tempos. Isto se uma letargia semelhante à dos 12 meses anteriores a Outubro de 2019 não voltar a afectar a actuação do BNA.

Em economia, os choques extremos devem ser evitados por criarem instabilidade e incerteza, agravando o risco e aumentando as margens exigidas pelos empresários. A liberalização gradual, ao longo do ano (de Outubro a Outubro), poderia ter conduzido ao mesmo resultado final (a liberalização), sem as consequências da intensa desvalorização (69% entre Setembro de 2018 e Outubro de 2019) relativamente ao USD.

Venda de divisas

Fonte: BNA, ficheiro “Venda de Divisas” — sítio do BNA.

A escala do crescimento é a do eixo principal, à esquerda.



Excluindo o 1.º Trimestre de 2018, que corresponde à comparação com o atípico 1.º Trimestre de 2017, ano de eleições, o crescimento homólogo é sempre positivo, em 2018 (entre 20% e 40%) e sempre negativo em 2019 (entre -20% e -40%).

Em valor, o montante de vendas de divisas foi sucessivamente descendo, por patamares, até aos primeiros 2 trimestres deste ano, apresentando uma ligeira subida no 3º Trimestre.

Comparando o resultado dos leilões de divisas com a venda de divisas pelo BNA, existe uma enorme disparidade: por exemplo, em Setembro, foram leiloados cerca de 415 milhões de USD, representando cerca de 42% do volume de divisas vendidas (968 milhões de USD). Gostaria de perceber quais são as outras formas de aquisição de divisas.

4.2.2 Agregados monetários

A trajetória dos agregados monetários mostra a decomposição da oferta monetária, que tem enorme importância na inflação.

Valores em 10 ⁹ Akz	1 T 18	2 T 18	3 T 18	4 T 18	1 T 19	2 T 19	3 T 19
Base Monetária	0,5%	-6,3%	-4,6%	17,3%	0,4%	8,2%	10,0%
Moeda Física	-11,2%	-9,8%	-1,4%	19,6%	-8,5%	-13,1%	-2,1%
Reserva bancária	6,1%	-4,9%	-5,8%	16,4%	4,1%	16,9%	14,3%
Depósitos obrigatórios	0,3%	-4,3%	-16,5%	17,7%	0,2%	19,0%	20,4%
Em moeda nacional	-4,0%	-8,9%	-15,5%	2,6%	3,0%	18,6%	16,7%
Em moeda estrangeira	27,1%	17,9%	-20,5%	77,3%	-6,1%	19,8%	29,5%
Depósitos Excedentários	32,1%	-6,9%	31,5%	13,6%	12,7%	12,2%	2,1%
Em moeda nacional	33,5%	-29,3%	22,6%	19,4%	25,7%	13,2%	-21,4%
Em moeda estrangeira	27,4%	73,5%	44,6%	6,4%	-5,3%	10,8%	45,6%

Observa-se uma tentativa de redução da base monetária usando os coeficientes de reservas. Contudo, o crescimento dos rendimentos petrolíferos mais do que compensou esta redução. Nos 2^o e 3.^o trimestres de 2019, observa-se uma subida significativa da base monetária à custa das reservas bancárias e, dentro destas, das reservas obrigatórias.

	1 T 18	2 T 18	3 T 18	4 T 18	1 T 19	2 T 19	3 T 19
Total moeda nacional	4 471	4 441	4 286	4 240	4 311	4 429	4 578
Total de Depósitos em Moeda Estrangeira	2 516	2 881	3 406	3 604	3 674	3 755	4 153
Cresc. Moeda Física	-13%	-12%	-4%	21%	-5%	-6%	3%
Cresc. Depósitos em Kwanzas	0%	0%	-3%	-3%	2%	4%	3%
Cresc. Moeda nacional	-1%	-1%	-3%	-1%	2%	4%	6%
Cresc. Moeda estrangeira	26%	15%	18%	6%	2%	4%	13%
Dep. Moeda Estrang/ Total Dep.	38%	41%	46%	48%	48%	48%	50%

Este crescimento das reservas obrigatórias não corresponde ao crescimento dos depósitos quer em moeda nacional quer estrangeira, nem a qualquer aumento da percentagem de reservas (o aumento das reservas obrigatórias ocorreu em finais de Outubro).

A moeda física fora do sistema bancário cresceu, apenas, 0,5%, desde Março de 2017 a Setembro de 2019. Os depósitos em Kwanzas apresentaram, em 2018, uma ligeira tendência negativa e, em 2019, uma ligeira tendência positiva. O seu montante cresceu 7,1%, desde o 1.^o Trimestre de 2017, a uma taxa média composta de 0,7% por trimestre. A moeda nacional aumentou, regularmente, em 2018, e apresenta um crescimento moderado em 2019, com um máximo de 6% no 3.^o Trimestre. Desde o 1.^o Trimestre de 2017, a moeda nacional, em volume, cresceu apenas 6,6%, a uma taxa composta de 0,6% por trimestre. Não foi portanto, a quantidade de moeda que originou a inflação e não existiu qualquer valor excepcional na quantidade de moeda nacional, no último trimestre. O crescimento da quantidade de moeda teria sido, ao contrário, muito bem-vindo, porque indicaria uma melhoria das condições monetárias para o desenvolvimento dos negócios; a única coisa que se pode dizer é que o crescimento da moeda foi demasiado moderado para as necessidades da economia, embora houvesse que acautelar a inflação e a depreciação.

Percebe-se a decisão cautelosa do BNA de aumento das reservas obrigatórias para evitar movimentos especulativos após a liberalização cambial. Porém, há que reconhecer um excessivo volume de reservas bancárias, muito limitador dos negócios, que é necessário, gradualmente, reduzir.

De notar, ainda, que esta “secagem” da moeda e a consequente inversão da política monetária no sentido de uma política muito contraccionista teria sido completamente desnecessária se o BNA não tivesse tirado um ano sabático em termos de liberalização cambial.

Num quadro de grande iliteracia financeira, o ligeiro crescimento monetário do 3.^o Trimestre, conjugado com o anúncio de uma nova série de notas, sem mínima influência sobre os agregados monetários, a tentativa de aproximação da taxa de câmbio do informal, a liberalização e o aumento

das reservas obrigatórias criaram um ambiente de desconfiança que deu azo às mais fantasiosas teorias de conspiração, prejudicando ainda mais a moeda nacional.

Após a desnecessária tempestade que poderia ter sido evitada, já se apresentam alguns sinais de bonança, apesar de ser, ainda, cedo para conclusões. Desejavelmente, haverá uma nova redução das reservas bancárias, o que poderá favorecer a economia. Contudo, se o ambiente de negócios e a política fiscal não forem corrigidos, arriscamo-nos a que um eventual aumento da massa monetária apenas sirva para desvalorizar o Kwanza.

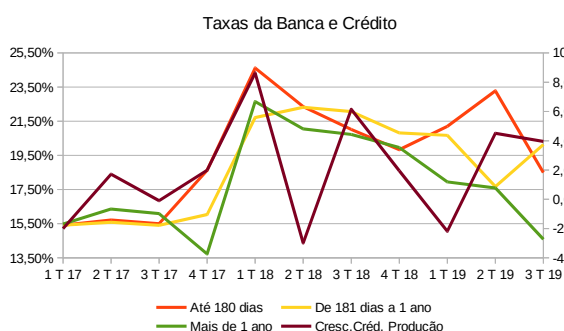
Os depósitos em moeda estrangeira cresceram significativamente, em 2018, como resultado do aumento dos preços do petróleo e, mais ligeiramente, em 2019. O retorno a crescimentos significativos deste agregado, no 3.º Trimestre, pode significar apenas uma correcção técnica ou um aumento da rentabilidade no sector petrolífero.

A “dolarização” da economia sobe de 38%, no final de 2018 (33% no 1º Trimestre de 2017), para 50%. Se alguma coisa cresce em termos monetários são os montantes em moeda estrangeira, maioritariamente provenientes do sector petrolífero.

No nosso contexto, os depósitos em moeda estrangeira funcionam como substitutos do mercado financeiro inexistente. É necessário que o BNA compreenda o fenómeno de substituição dos mercados financeiros pela compra de moeda estrangeira e seja capaz de actuar em conformidade.

4.2.3 Taxas de juro e crédito à economia

As taxas apresentadas no gráfico são as taxas médias do trimestre, tal como se apresentam no ficheiro “Quadro i.d.2 Taxas de Juro Sobre Novas Operações Das Outras Sociedades De Depósitos”, publicado no portal do BNA.



As taxas de juro de prazo superior a um ano (linha verde) apresentam um claro movimento descendente, situando-se já abaixo do início da série.

Os restantes prazos (linhas vermelha e amarela) apresentam uma tendência decrescente menos acentuada e com correcções trimestrais frequentes.

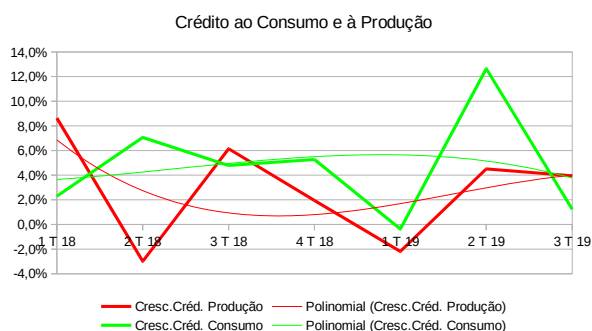
A evolução do crédito à produção (linha roxa) é muito irregular sem uma correlação evidente com a

evolução das taxas de juro. Falta, contudo, informação sobre o crédito por maturidades para se poderem observar melhor as eventuais correlações.

Os juros dos Bilhetes do Tesouro (BT) a 1 ano ofereceram uma taxa média de 19%, em 2018. Em 2019, as taxas descem, de forma clara e contínua, dos 19,01% da emissão de Fevereiro, para 14,68% na emissão de Agosto e Setembro. As OT (Obrigações do Tesouro) indexadas ao USD oferecem um juro de 5,25% nos últimos cupões, mas não houve emissões em Agosto e Setembro. Com estas rentabilidades, é óbvio que, quando estes títulos estão disponíveis, absorvem quase totalmente a oferta de crédito da banca. As autoridades têm tentado evitar estas emissões sem grande sucesso.

Neste relatório, alterei os dados relativos ao crédito à produção, tendo excluído, para além do crédito a particulares, as rubricas “Famílias Com Empregados Domésticos” e “Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais”¹².

12 As definições aqui apresentadas de Crédito ao Consumo e à Produção, apesar de não muito rigorosas, parecem-nos úteis para perceber o destino do crédito.



O crédito à produção (linha vermelha) apresenta, nos últimos 7 trimestres, uma linha de tendência convexa bem marcada, oscilando entre 6% e 1%, com mínimo entre o 3.º e 4.º trimestres de 2018, aproximando-se de 4%, em Setembro. A linha ascendente poderá vir a ser quebrada pelo impacto da desvalorização e subsequente aumento das reservas obrigatórias, em finais de Outubro. Com os actuais níveis das taxas de juro, o crédito à produção manter-se-á sempre relativamente reduzido.

O crédito ao consumo (linha verde) apresenta uma tendência côncava, variando entre os 4% e 6%, com pico no 1.º Trimestre do corrente. Esta tendência de redução do crédito ao consumo nos últimos 2 trimestres deve-se, contudo, à forte oscilação dos valores trimestrais, pelo que a linha de tendência pode não ser consistente.

	Peso		
	2 017	2 018	2 019
k - Activ. Imob., Alugueres e Serv. Prest. as Empresas	17%	19%	17%
F- Construção	14%	14%	15%
O - Outras Activ. de Serv. Colect., Sociais e Pessoais	12%	13%	14%
D - Indústria Transformadora	8%	9%	8%
A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura.	7%	6%	7%
G - Comércio por Grosso e a Retalho	7%	6%	7%
I - Transportes, Armazenagem e Comunicações	3%	3%	4%
C - Indústria Extrativa	2%	2%	3%
H - Alojamento e Restauração (Restaur. e Similares)	3%	3%	4%
J - Actividades Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões	4%	3%	1%
B - Pescas	0%	0%	0%
Outras	2%	2%	2%
TOTAL	100%	100%	100%
Sectores estratégicos	18%	18%	18%

A estrutura e evolução dos *stocks* de crédito demonstram uma quase absoluta imobilidade, bem demonstrativa do tecido económico nacional. Note-se, contudo, que os 3 primeiros beneficiários do crédito (actividade de aluguer e serviços a empresas; construção e outros serviços) sobem de 43% para 46%, mostrando o claro domínio, também no

que concerne ao crédito, do sector imobiliário (serviços imobiliários e construção). Os sectores de comércio e logística beneficiam de cerca de 11% do crédito, enquanto os sectores prioritários (preenchidos a azul) representam 18% do crédito, em todos os anos, com o sector das pescas a valer ZERO por cento do crédito total. Com esta estrutura de crédito, dificilmente haverá resultados na substituição das importações.

O PAC, instituído através do decreto presidencial 159/19, de 24 de Maio (ver relatório do 4.º Trimestre de 2018), não teve ainda resultados conhecidos nem parece que vá resultar melhor do que qualquer outro projecto semelhante, devido ao forte envolvimento político, muito confuso, da máquina do Estado.

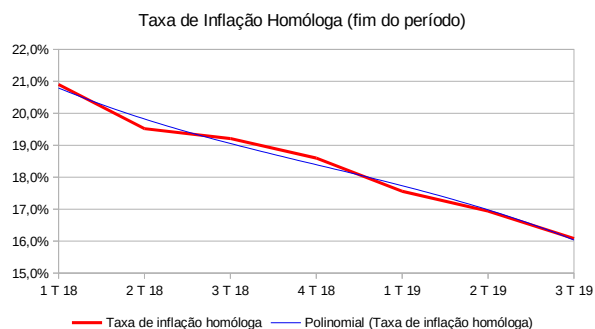
Entretanto, o BNA assinou, com 8 grandes bancos, um protocolo paralelo mas semelhante, destinado a “forçar” o crédito à economia. Consiste o protocolo na concessão de um valor de crédito à actividade, pelos bancos signatários, dedutível nas reservas obrigatórias, a uma taxa de juro de 7,5%. Há um incentivo para os bancos, uma vez que obtêm 7,5% em vez de 0% mas parece que a falta de colaterais que reduzam o risco do empréstimo está a criar fortes obstáculos. Apesar de tudo, acredito mais neste projecto devido ao ascendente que o BNA continua a ter sobre a banca comercial¹³.

13 Os 6 maiores bancos são: Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco Angolano de Investimentos (BAI), Banco de Fomento Angola (BFA), Banco Económico (BE), Banco Millennium Atlântico (BMA) e Banco Internacional de Crédito (BIC). O protocolo de acordo do PAC não inclui o BPC e o BE (provavelmente devido ao montante de crédito mal parado), mas inclui 4 bancos de dimensão intermédia: Standard Bank (de dimensão internacional), Banco de Negócios Internacional (BNI), Banco Comercial do Huambo (BCH) e Banco de Comércio e Indústria (BCI). Os 4 grandes bancos signatários e o Standard Bank comprometem-se a disponibilizar 125 mil milhões, 89%

Contudo, sem alterar as relações de propriedade, permitindo o registo e protecção do capital, nunca haverá crédito bancário sem elevado risco. As condições conjugadas da falta de colaterais, das elevadas reservas obrigatórias e da absorção das disponibilidades de crédito da banca pela dívida pública (sobretudo OTs) impedem qualquer desenvolvimento acentuado do crédito à economia.

O volume de crédito mal parado parece-me mais um efeito psicológico do que real para a limitação do crédito; este é constituído maioritariamente por incumprimento de pessoas e empresas politicamente expostas que não tem de ser reproduzido. Fora deste círculo de poder, os valores de incumprimento de crédito são perfeitamente normais (embora faltem colaterais).

4.2.4 Inflação



A linha de tendência dos últimos trimestres é praticamente recta.

Contudo, alguma coisa não está certa nos cálculos da inflação do INE. O IPC de Outubro do INE não reúne um mínimo de credibilidade, pelo que não incluí esta taxa neste relatório.

Observando, a título de exemplo, os 3 primeiros produtos, que constituem os que mais contribuem para o índice, constantes da página 10 do Índice de

Preços no Consumidor Nacional, de Outubro de 2019, a disparidade entre os dados e a realidade é gritante: o litro do óleo de soja, que rondava os 600 Kwanzas, nos estabelecimentos mais baratos, em finais de Setembro, era vendido a não menos de 800 Kwanzas em finais de Outubro, ou seja, 33% mais caro, não 3,51% como indicado no IPC; nas compras nos armazéns grossistas, o saco de 25 kg de açúcar branco, que custava 5.000 em Setembro, não era comercializado a menos de 14.000, ou seja um crescimento de 180% e não de 3,55%; o saco de fuba de milho de 25kg, que custava 4.000 em Setembro, passou a custar 8.000 (+100% e não 2,34%, como consta do documento do INE). É certo que os preços se reduziram em Novembro mas não cabe ao INE fazer apreciações sobre a especulação, apenas registar os preços efectivos. A informação constante do documento é claramente incorrecta e deve ser urgentemente corrigida. **Que ninguém se iluda, nenhum investidor avança se sentir que não dispõe de informação credível; esta desinformação poderá actuar como forte repelente do investimento.**

A verdade é que, em Outubro, se dá um enorme crescimento geral dos preços com os efeitos acumulados da introdução do IVA, mal percebida pelos agentes económicos, e da desvalorização cambial. Em primeiro lugar, embora do ponto de vista técnico fosse acertada a taxa de 14% do IVA, o Executivo deveria ter consciência da falta de compreensão generalizada do novo imposto. Para evitar a confusão, bastava ter fixado a taxa em 11%, divulgando uma mensagem simples: o IVA substitui o imposto de consumo (10%) e o imposto de selo (1%); não pode, portanto, haver qualquer alteração dos preços por virtude da sua introdução. Simultaneamente, denotando uma grande descoordenação, o BNA lança a sua operação de liberalização, que incluiu uma fase preliminar de desvalorização coincidente com a entrada do IVA, confundindo os efeitos. Em vez de um ambiente tranquilo, criou-se uma enorme confusão!

Ironicamente, este desnorte permitiu a reposição de alguma da margem perdida pelos empresários desde 2018. A confusão permitiu uma subida vertiginosa dos preços, repondo as margens, mas com um enorme risco acrescido: os negócios podem estar a adaptar os seus modelos a margens altas e quantidades reduzidas, sem qualquer proveito económico e com enorme inconveniente social. Uma linha de actuação clara e urgente de fomento da concorrência é a única coisa que poderá evitar essa marcha desastrosa.

O fim dos subsídios à energia e combustíveis irá, provavelmente, ditar uma tendência ainda mais acentuada de subida dos preços, nos próximos tempos, aliás já recolhida pelo OGE de 2020, que prevê uma taxa de inflação de 25%. Se for tudo feito “à bruta”, como a desvalorização de Outubro e o IVA, sem dar tempo a que os negócios e os orçamentos familiares se adaptem, o efeito acima descrito será reforçado. Porque não se vão alterando, já, os preços dos combustíveis? Porque não se discute com o FMI uma redução gradual destes subsídios que têm uma influência generalizada sobre as rentabilidades e os preços? É urgente que saibamos perceber o que é fundamental e acessório na nossa economia e que o saibamos explicar aos técnicos do FMI ou a quaisquer outros que não conheçam tão bem a nossa realidade.

4.3 Orçamento Geral do Estado — OGE

O Ministério das Finanças (MinFin) publica uma profusão de documentos sobre a execução orçamental que, para além de não estarem actualizados, não apresentam sequência cronológica aparente e contêm incoerências. Em resumo, a posição da execução orçamental, nos vários documentos disponíveis no portal do MinFin, é a seguinte: Angola: “Resumo Geral da Execução da ... (Despesa / Receita)” — preliminar, Novembro de 2018 (está assim, há meses); “Resumo da Execução Trimestral” — 3.º Trimestre de 2018 (quando sairá o 4º Trimestre); “Relatório de Execução Trimestral” — 2.º Trimestre de 2019; “Conta Geral do Estado” — 2017; “Relatório de Fundamentação do OGE” – 2018, mas com uma discrepância de 95 mil milhões.

Para dar alguma coerência aos números, usei o Relatório de Fundamentação do OGE de 2019 (RF) como base, apresentando a referida discrepância de 95 mil milhões entre a receita e a despesa por natureza e uma discrepância de 122 mil milhões entre a despesa por natureza e por função. Contrariamente ao que vinha sendo hábito até ao OGE de 2018, o MinFin não apresentou, pela segunda vez consecutiva, a previsão de execução relativa ao ano em curso; aliás, parece que continua a nem sequer saber exactamente quanto arrecadou e quanto gastou em 2018.

Entre o próprio Relatório de Fundamentação (RF) e os seus anexos existe uma discrepância na receita de 12 mil milhões correspondentes a outras receitas patrimoniais, que foram esquecidas no RF, e uma diferença de 78 mil milhões, a menos, em Bens e Serviços e, a mais, em Investimentos, no RF, face ao que está no anexo das receitas por natureza.

Sendo forçado a optar, decidi usar os anexos, que possuem uma informação mais detalhada, em detrimento do resumo da página 73 do RF. Não sendo significativas para a análise, as diferenças demonstram demasiada pressa e falta de cuidado em conferir os dados que não se pode admitir; e o Orçamento é um documento contabilístico que não pode conter a menor diferença entre as suas componentes.

4.3.1 Receitas

Todos os números aqui apresentados foram convertidos em Kwanzas de 2019, usando as taxas de inflação constantes do RF: os dados de 2018 foram inflacionados em 17,5%, e o orçamento de 2020 deflacionado em 25%. Na verdade, com taxas de inflação de 25%, não faz qualquer sentido comparar valores nominais!

As percentagens relativamente ao PIB têm os seguintes códigos de cor: **laranja**, percentagem do PIB petrolífero; **verde**, percentagem do PIB não-petrolífero; sem preenchimento, percentagem do PIB total.

Valores em 10 ⁹ Akz	2018 PMF Pr 19	2019 OGE	2020 OGE Pr. 19	Cresc. 20/18	Cresc. 20/19	Peso 2018	Peso 2019	Peso 2020	Peso PIB 18	Peso PIB 19	Peso PIB 20
Rendimentos do Petróleo	4 365	3 570	4 464	2%	25%	63%	60%	65%	48%	46%	42%
Impostos e Taxas Petrolíferas	1 494	1 509	1 985	33%	32%	22%	25%	29%	16%	19%	19%
Imposto sobre Rendimentos de Indústrias Petrolíferas	0	1 039	1 525		47%	0%	17%	22%	0%	13%	14%
Imposto De Transacção De Petróleo	0	85	54		-36%	0%	1%	1%	0%	1%	1%
Imposto sobre a Produção da Indústria Petrolífera	0	383	407		6%	0%	6%	6%	0%	5%	4%
Imposto sobre o Consumo de Derivados do Petróleo	0	2	0		-100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Rendimentos do Petróleo (Concess)	2 871	2 061	2 479	-14%	20%	42%	34%	36%	31%	27%	23%

O RF prevê uma estagnação da produção petrolífera (523,7 vs 524,5 Mbbbl) e uma estagnação do preço em 55 USD/ barril. Como se justifica um crescimento nominal do PIB petrolífero (sem LNG, etc.) de 68%? Qual foi o câmbio usado no orçamento de 2019? E em 2020? A receita petrolífera poderá ou não estar empolada, tudo dependendo da diferença entre o câmbio no Orçamento de 2019 revisto, o câmbio efectivo de 2019 e a depreciação prevista para 2020. Não podem os números, em USD, ser os mesmos (mesma quantidade e mesmo preço) e os números em Kwanzas apresentar uma diferença de 68%, sem nada se explicar! Os números do orçamento têm de ter uma explicação, uma fundamentação; é para isso que existe o Relatório de Fundamentação.

O OGE fixa o preço médio do barril em 55 USD o que é prudente. Contudo, continua a insistir que as receitas petrolíferas reais deveriam ter em conta um preço fixo de 50 USD, revertendo o excedente para reforço do fundo soberano, aumentando a partilha dos benefícios deste recurso pelas gerações vindouras ou, o que resulta no mesmo, atribuindo de forma automática o excedente à amortização líquida da dívida externa.

Volto também a insistir para que seja devolvido ao fundo soberano o montante, com juros, que foi desviado para o PIIM¹⁴ em vésperas de eleições autárquicas. Este montante não pertence a nenhum de nós, vivos, mas sim aos que hão-de vir, à futura geração; não pode, portanto, a geração actual apropriar-se do que não lhe pertence!

A percentagem dos impostos petrolíferos mantém-se nos 19%, mas os rendimentos da concessionária descem de 31%, em 2018, para 27%, no OGE de 2019, e 23%, no OGE de 2020, mais uma vez sem qualquer justificação.

Valores em 10 ⁹ Akz	2018 PMF Pr 19	2019 OGE	2020 OGE Pr. 19	Cresc. 20/18	Cresc. 20/19	Peso 2018	Peso 2019	Peso 2020	Peso PIB 18	Peso PIB 19	Peso PIB 20
Impostos Não-petrolíferos	1 989	2 028	2 154	8%	6%	29%	34%	31%	8,9%	8,7%	9,4%
Impostos sobre rendimento	0	926	994		7%	0%	15%	14%	0,0%	4,0%	4,3%
Rendimento das pessoas singulares (IRT ...)	0	366	488		33%	0%	6%	7%	0,0%	1,6%	2,1%
Rendimento das pessoas colectivas (IT...)	0	559	506		-10%	0%	9%	7%	0,0%	2,4%	2,2%
Impostos sobre a Propriedade	0	43	48		11%	0%	1%	1%	0,0%	0,2%	0,2%
IPU	0	40	41		5%	0%	1%	1%	0,0%	0,2%	0,2%
Sisa	0	3	5		64%	0%	0%	0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0	1	1		123%	0%	0%	0%	0,0%	0,0%	0,0%
Impostos sobre a produção e transacções	0	727	800		10%	0%	12%	12%	0,0%	3,1%	3,5%
Imposto sobre a produção	0	21	20		-2%	0%	0%	0%	0,0%	0,1%	0,1%
Impostos sobre transacções internas (IC e outros)	0	233	110		-53%	0%	4%	2%	0,0%	1,0%	0,5%
IVA	0	249	460		84%	0%	4%	7%	0,0%	1,1%	2,0%
Impostos sobre o comércio internacional	0	224	210		-6%	0%	4%	3%	0,0%	1,0%	0,9%
Outros impostos e taxas (Selo ...)	0	331	312		-6%	0%	6%	5%	0,0%	1,4%	1,4%

O PIB não-petrolífero decresce 1,1%, em termos reais (deflacionados), o que, considerando a questão das exportações de matérias-primas, é bem mais importante do que o PIB dito real, cujo crescimento é estimado em +1,8%. Do ponto de vista dos rendimentos, o que nos interessa é o PIB nominal deflacionado que cai 1,1%.

A previsão de cobrança de impostos não-petrolíferos cresce 6%, em termos reais, face ao OGE de 2019, mas apenas 8%, em 2 anos, face à execução de 2018. O IRT cresce 33%, e os impostos sobre

14 Plano Integrado de Intervenção nos Municípios.

lucros reduzem-se 10%. O IRT e similares sobem não apenas pelo alargamento da base tributária mas também em função da incorporação de rendimentos anteriormente isentos. Devia estar claro o que corresponde a uns e a outros e se existe alguma previsão de alteração de taxas. Este crescimento da carga tributária sobre os cidadãos deverá ter algum efeito sobre o consumo que não foi considerado.

No caso das empresas, embora se aconselhe uma redução das taxas, o valor absoluto não deveria decrescer em termos reais, tendo implícito que o Executivo não prevê qualquer crescimento do número de empresas contribuintes e do seu lucro tributável. Também deveria haver maior coerência entre o crescimento do PIB não-petrolífero e dos impostos sobre lucros, excepto se estiver prevista uma redução de taxas, que não aparece na fundamentação.

Os impostos sobre transacções crescem 10%, em termos reais, com o conjunto IC, IVA, Outros Impostos (onde estava incluído o imposto de selo sobre transacções) a crescer 8%. Não parece grande crescimento para a publicidade que foi feita!

Em percentagem do PIB não-petrolífero, os impostos não-petrolíferos sobem de 8,9%, em 2018, para 9,4%, em 2020, o que continua a ser uma percentagem demasiado baixa. O problema reside, a meu ver, no alargamento da base tributável. Estão fora do sistema tributário quase todos os camponeses e actividades informais. Parece importante, não apenas do ponto de vista da receita mas também da cidadania, que todos os agentes paguem os seus impostos. As taxas devem ser reduzidas, mas todas as actividades económicas devem pagar. A simplificação introduzida com a correspondência entre o NIF e o BI deve ser usada para simplificar a cobrança de impostos simples a todas as actividades. Basta, para isso, uma aplicação que permita à actividade informal pagar um imposto fixo mensal, através do multicaixa, sendo prova bastante do cumprimento das obrigações tributárias a apresentação, nas oficinas, mercados, comércio ambulante, etc., do comprovativo de pagamento do mês em curso e do BI.

Em termos de estrutura, os impostos sobre rendimentos descem de 15% para 14% do total das Receitas não-financeiras, mas sobem de 4% para 4,3% do PIB; os impostos sobre transacções, mantêm-se nos 12%, subindo de 3,1% para 3,5% do PIB; as outras taxas e impostos descem de 6% para 5%, mantendo-se nos 1,4% do PIB, e os impostos sobre a propriedade continuam a representar apenas 1% das Receitas e 0,2% (!) do PIB não-petrolífero. Vale a pena ser rico!

Não se nota, portanto, nenhuma alteração substancial da estrutura dos impostos, e a tributação da propriedade continua absolutamente irrelevante, o que demonstra que o poder de quem tem permanece intocável e que o Estado se revela incapaz de inverter a situação.

O Executivo faria bem, a meu ver, em deixar à rotina da administração grande parte das “medidas estratégicas” do PDM que são, na maioria, insignificantes, definindo um verdadeiro PDM, com medidas verdadeiramente estratégicas, como o alargamento da tributação ao conjunto das actividades económicas e o registo e tributação da propriedade, onde ganha especial relevância a propriedade da terra, rural e urbana, e a propriedade imobiliária. Como se compreende que proprietários de imóveis e condomínios arrendados e latifundiários de terras imensas não sejam tributados? E que a inactividade da exploração, sobretudo nos terrenos rurais, não seja penalizada num país que não tem capital produtivo e vive a importar produtos agrícolas?

Valores em 10⁹ Akz

	2018 PMF Pr 19	2019 OGE	2020 OGE Pr. 19	Cresc. 20/18	Cresc. 20/19	Peso 2018	Peso 2019	Peso 2020	Peso PIB 18	Peso PIB 19	Peso PIB 20
Transferências	228	204	246	8%	21%	3%	3%	4%	1,0%	0,9%	1,1%
Segurança Social	228	181	225	-1%	24%	3%	3%	3%	1,0%	0,8%	1,0%
Outras transferências	0	23	21		-8%	0%	0%	0%	0,0%	0,1%	0,1%
Outros rendimentos correntes– Patrimoniais, Serviços, etc	302	184	23	-92%	-87%	4%	3%	0%	1,4%	0,8%	0,1%
Rendimentos de Capital (não financeiros)	1	2	10	1121%	456%	0%	0%	0%	0,0%	0,0%	0,0%

As receitas da segurança social crescem 24%, relativamente ao OGE de 2019, mas reduzem-se 1% relativamente à execução de 2018, representando sempre 3% das receitas não-financeiras e regressando ao peso de 1% do PIB não-petrolífero, após uma ligeira baixa, para 0,9%, no OGE de 2019. Também aqui não conseguimos visualizar qualquer alargamento da base tributária. Penso que um dos motivos mais relevantes para a fuga ao pagamento das obrigações para com a segurança social reside na forma de cobrança. Pagar impostos ou taxas implica, para os particulares e empresas sem dimensão relevante, enfrentar filas enormes e funcionários sem motivação ou desejo de servir. Mais uma vez, a simplificação do pagamento, via multicaixa, poderia resolver o problema, com ganhos relevantes para o Estado. Esta seria mais uma “medida estratégica” das poucas que deveriam constar do PDN.

As outras receitas reduzem-se significativamente, sobretudo devido à rubrica “199 — Outras Receitas Correntes”, que se reduz de 179,5 mil milhões para 3,4 mil milhões, sem qualquer justificação aparente.

4.3.2 Despesa

4.3.2.1 Despesas por natureza

Valores em 10 ⁹ Akz	2018 PMF Pr 19	2019 OGE	2020 OGE Pr. 19	Cresc. 20/18	Cresc. 20/19	Peso 2018	Peso 2019	Peso 2020	Peso PIB 18	Peso PIB 19	Peso PIB 20
Despesas por natureza	6 249	5 980	6 473	4%	8%	100%	100%	100%	19,9%	19,3%	19,3%
Despesas Correntes	4 853	5 126	5 347	10%	4%	78%	86%	83%	15,4%	16,6%	15,9%
Remuneração de empregados	1 808	1 793	1 774	-2%	-1%	29%	30%	27%	5,7%	5,8%	5,3%
Juros	1 425	1 599	1 979	39%	24%	23%	27%	31%	4,5%	5,2%	5,9%
Internos	729	741	855	17%	15%	12%	12%	13%	2,3%	2,4%	2,5%
Externos	696	858	1 124	62%	31%	11%	14%	17%	2,2%	2,8%	3,3%
Bens e Serviços	1 038	1 016	897	-14%	-12%	17%	17%	14%	3,3%	3,3%	2,7%
Bens	0	301	293		-3%	0%	5%	5%	0,0%	1,0%	0,9%
Serviços	0	715	604		-15%	0%	12%	9%	0,0%	2,3%	1,8%
Subsídios e transferências correntes	582	717	696	20%	-3%	9%	12%	11%	1,9%	2,3%	2,1%
Subsídios a preços	43	135	171	297%	27%	1%	2%	3%	0,1%	0,4%	0,5%
Transferências para as famílias	481	490	452	-6%	-8%	8%	8%	7%	1,5%	1,6%	1,3%
Outros subsídios e transferências	59	92	73	25%	-21%	1%	2%	1%	0,2%	0,3%	0,2%
Despesas de Capital não financeiras	1 396	799	997	-29%	25%	22%	13%	15%	4,4%	2,6%	3,0%
Investimentos	1 390	791	874	-37%	11%	22%	13%	14%	4,4%	2,6%	2,6%
Outras	6	8	123			0%	0%	2%	0,0%	0,0%	0,4%
Reserva Orçamental	0	56	129			0%	1%	2%	0,0%	0,2%	0,4%
Saldo Orçamental	636	8	425			10%	0%	7%	2,0%	0,0%	1,3%
Restos a pagar / receber	-998		0			-16%	0%	0%			
Saldo caixa	-362	8	425			-6%	0%	7%			

A despesa não-financeira sobe, em termos reais, 8% relativamente ao OGE de 2019, mas apenas 4% relativamente à execução de 2018.

As remunerações de empregados estagnam (-2%, relativamente a 2018, e 1%, relativamente ao OGE de 2019). Também neste capítulo se justificaria uma “medida estratégica”, consistindo na remodelação do aparelho de Estado, simplificando a burocracia e reduzindo os agentes a ela dedicados e aumentando o número de funcionários dedicados à educação, saúde, segurança pública e tribunais. Se o resultado final seria um decréscimo ou acréscimo do número de funcionários e das remunerações, não sei; sei apenas que, neste capítulo, continua a perder-se tempo a fazer nada.

Os juros sobem 39% em relação a 2018 e 24% em relação a 2019, em termos reais, com os juros externos a crescerem 31%, face a 2019 (64% em termos nominais, o que apresenta alguma coerência com a desvalorização implícita no crescimento do PIB petrolífero). Não se compreende como um aspecto tão relevante para a vida do Estado e das pessoas como a desvalorização prevista pode estar omissa no RF.

O crescimento dos juros da dívida interna (15% reais) num contexto de redução muito significativa deste tipo de dívida (-1.161 mil milhões de Kwanzas) torna confusa a percepção destes valores. O

RF deveria apresentar a dívida e juros indexados, em USD, mostrando o efeito do crescimento facial e, separadamente, o efeito da sua conversão em AKZ, em função da taxa de câmbio prevista.

De qualquer forma, o peso dos juros atinge já 31% da Despesa não-financeira e quase 6% do PIB total, superando as remunerações dos funcionários do Estado, civis e militares.

Os Bens e Serviços reduzem-se 12%, em termos reais, com os bens a caírem 3% e os serviços 15%, relativamente ao OGE de 2019. Em termos abstractos seria uma boa coisa, não fora a despesa com bens, no actual nível de eficiência, ser incapaz de garantir o funcionamento normal dos órgãos do Estado. É necessário melhorar a eficiência dos meios, mas o seu actual nível (0,9% do PIB) parece ser insuficiente. Em contrapartida, a rubrica de Serviços, representando 1,8% do PIB, parece excessiva. Destes, destacam-se os serviços de “Serviços De Estudo, Fiscalização E Consultoria” (196 mil milhões) e os inevitáveis, “outros serviços” (190 mil milhões), representando, em conjunto, cerca de 400 mil milhões, ou seja, aproximadamente 50% do total dos serviços e um valor mais elevado do que o total da rubrica de “Bens” ou, por exemplo, dos tão falados “Subsídios a Preços”.

Subsídios e transferências sobem 20%, em termos reais, relativamente à execução de 2018, mas descem 3% relativamente ao OGE de 2019, com um crescimento brutal dos subsídios a preços face à execução de 2018 (297%), e 27%, relativamente ao OGE de 2019. Mais uma vez, uma questão crucial como os subsídios a preços, porque a sua eliminação tem fortes implicações na vida das empresas e dos cidadãos, é deixada assim no orçamento, como se nada fosse necessário explicar.

A questão dos subsídios aos combustíveis está, do meu ponto de vista, mal analisada pelo FMI. Num contexto de elevada incerteza e alteração dos modelos de negócio, deveria haver a preocupação de manter a actividade existente, evitando tensões desnecessárias. Mais uma vez parece que tudo se encaminha para se manter a inacção até ao dia em que, de repente, se corta tudo, lançando o pânico nos empresários e futuros investidores. Porque não se faz uma redução controlada dos subsídios de forma a dar tempo a que os negócios e os orçamentos familiares se adaptem? Se já tivesse em curso, os custos seriam agora muito mais reduzidos, e os negócios e as famílias sofreriam menos tensões. Para que serve esta brutalidade? Apelo ao bom senso das pessoas do FMI para que promovam soluções menos disruptivas neste contexto económico e social tão frágil.

As transferências para as famílias decrescem, em termos reais, 6% relativamente à paupérrima assistência social em 2018 e 8% relativamente ao OGE de 2019. **Será que a preocupação com a situação social atingiu já a mais completa indiferença por parte dos órgãos do Estado?**

Comparando as receitas e despesas da acção social, encontramos um saldo negativo de 284 mil milhões (227 mil milhões em Kwanzas de 2019), sendo necessário que se encontrem receitas para cobrir este *deficit* que representa 50% da despesa social directa. Mais uma vez, sobre uma questão tão relevante, o RF é absolutamente omissivo.

Os “investimentos” do Estado descem 37%, em termos reais, relativamente à execução de 2018 e crescem 11% relativamente ao OGE de 2019. Não se podem considerar investimentos despesas em mais instalações, mobiliário e viaturas para os órgãos do Estado que já detêm meios em excesso; aeroportos sem aviões como os de Ndalatando, Benguela e outros também não são investimentos; mesmo um hospital ou uma estrada podem não ser investimentos. Um investimento tem de ser um capital, no sentido de ser um valor que cria mais valor; um hospital abandonado, sem médicos, enfermeiros, auxiliares, etc. e sem meios que assegurem a sua função e manutenção são destruições de valor, não investimentos. Todos nós sabemos perfeitamente do que estamos a falar. Só que culpamos os “chineses” e os fiscais sem nos darmos conta de que o problema reside na função e manutenção. Está bem documentado e testado que qualquer infraestrutura moderna, em qualquer parte do mundo, deixada ao abandono ou, pior ainda, sendo mal utilizada, se deteriora em curto espaço de tempo; não porque tenha sido mal feita ou fiscalizada (o que também acontece), mas

porque a função e a manutenção são essenciais para que os equipamentos cumpram a sua vida útil (e se detectem e corrijam, a tempo, erros de construção). Portanto, “investimentos” sem o correspondente acréscimo da despesa corrente necessário para garantir o seu funcionamento e durabilidade são pura destruição de valor e não devem ser realizados. Ao lado de cada investimento, deve obrigatoriamente, estar a dotação em despesa corrente que lhe corresponde, sem o que não deve, pura e simplesmente, ser realizado. Não significa isto que a despesa corrente deva aumentar, necessariamente; ela pode, inclusivamente, diminuir se for convenientemente reestruturada; **o que não pode acontecer é não se fazer nada na despesa corrente, fazer “investimentos” e deixá-los ao abandono!**

Valores em 10 ⁹ Akz	2018 PMF Pr 19	2019 OGE	2020 OGE Pr. 19	Cresc. 20/18	Cresc. 20/19	Peso 2018	Peso 2019	Peso 2020
Total	1 143	791	874	-23%	11%	100%	100%	100%
Construção De Infra-Estruturas E Instalações	723	406	438	-39%	8%	63%	63%	51%
Construção De Imóveis	110	99	134	21%	34%	10%	10%	13%
Aquisição De Imóveis	18	84	111	504%	31%	2%	2%	11%
Obras De Reab.De Imóveis, Infra-Estrut.E Instalações	143	57	61	-57%	8%	13%	13%	7%
Meios E Equipamentos De Transporte	54	51	38	-31%	-26%	5%	5%	6%
Aquisição De Mobiliário	17	17	33	91%	97%	2%	2%	2%
Outros Bens De Capital Fixo	33	25	25	-25%	-3%	3%	3%	3%
Equipamentos De Processamento De Dados	31	27	20	-34%	-25%	3%	3%	3%
Aquisição De Máquinas, Equip.E Ferramentas	12	24	15	27%	-40%	1%	1%	3%
Compra De Activos Intangíveis	1	0	1	-9%	71%	0%	0%	0%
Agregados:								
Infraestruturas, Instalações, máquinas e ferramentas	878	487	514	-41%	6%	77%	77%	62%
Aquisição, Construção de Imóveis e mobiliário	146	200	277	90%	38%	13%	13%	25%
TI e transportes	85	78	58	-32%	-25%	7%	7%	10%
Outros	34	26	25	-25%	-2%	3%	3%	3%

A estrutura do Plano de Investimentos Públicos (PIP) mostra um crescimento brutal da construção e aquisição de imóveis e mobiliário (90% e 38%, em termos reais, relativamente aos OGE de 2018 e 2019, respectivamente); as infraestruturas, instalações, máquinas e ferramentas decrescem 41% relativamente a 2018, mas crescem 6%, relativamente a 2019; as Tecnologias e Transporte decrescem 32% e 25%, respectivamente; os restantes investimentos têm pouco peso.

No conjunto dos investimentos, as infraestruturas perdem peso de 77% para 62%; os imóveis duplicam o seu peso de 13% para 25%; as TI e transportes crescem de 7% para 10%, e os restantes mantêm um peso de 3%. Embora não saibamos de que imóveis se trata, a experiência passada de obras para administração ou de pura fachada, logo abandonadas ao mau uso e à falta de utilização adequada, fazem-me temer que a estrutura do PIP se tenha deteriorado. Seria bom que o relatório de fundamentação apresentasse um maior detalhe para uma análise mais apropriada.

4.3.2.2 Despesas por função

Nota-se um retorno à classificação tradicional de parte significativa dos gastos com a burocracia económica. Optei por somar a rubrica “Assuntos Económicos Gerais” (economia) aos “Serviços Públicos Gerais” (soberania): no fundo, são ambas burocracia de Estado, mais ou menos dirigida à economia. A hesitação na classificação desta despesa pelo MinFin é elucidativa. Por isso o melhor é chamar as coisas pelos nomes e apresentar todos os gastos de funcionamento geral do Estado numa rubrica única.

Após esta reclassificação, o quadro da despesa por função é o seguinte:

Valores em 10 ⁹ Akz	2018 PMF	2018 PMF Pr 19	2019 OGE	2020 OGE	2020 OGE Pr. 19	Cresc. 20/18	Cresc. 20/19	Peso 2018	Peso 2019	Peso 2020	Peso PIB 18	Peso PIB 19	Peso PIB 20
Diferença – Natureza – Função	122	143	0	0	0						0,5%	0,0%	0,0%
Despesas por Função	5 197	6 106	5 980	8 091	6 473	6%	8%	100%	100%	100%	19,4%	19,3%	19,3%
Funções sociais	1 432	1 682	2 001	2 554	2 043	21%	2%	28%	33%	32%	5,3%	6,5%	6,1%
Educação	426	500	629	846	677	35%	8%	8%	11%	10%	1,6%	2,0%	2,0%
Saúde	255	300	588	797	638	112%	8%	5%	10%	10%	1,0%	1,9%	1,9%
Protecção Social	390	458	516	522	418	-9%	-19%	8%	9%	6%	1,5%	1,7%	1,2%
Recreação, Cultura e Religião	32	38	36	29	23	-40%	-36%	1%	1%	0%	0,1%	0,1%	0,1%
Habitação e Serviços Comunitários	324	380	228	344	275	-28%	21%	6%	4%	4%	1,2%	0,7%	0,8%
Protecção Ambiental	5	5	6	16	13	141%	126%	0%	0%	0%	0,0%	0,0%	0,0%
Funções de Soberania	1 838	2 159	1 766	2 406	1 924	-11%	9%	35%	30%	30%	6,9%	5,7%	5,7%
Defesa	661	777	555	552	442	-43%	-20%	13%	9%	7%	2,5%	1,8%	1,3%
Segurança e Ordem Pública	501	588	445	659	528	-10%	19%	10%	7%	8%	1,9%	1,4%	1,6%
Serviços Públicos Gerais	675	794	766	1 194	955	20%	25%	13%	13%	15%	2,5%	2,5%	2,8%
Funções Económicas	715	840	614	658	527	-37%	-14%	14%	10%	8%	2,7%	2,0%	1,6%
Agricultura e Outros	36	42	97	216	173	309%	78%	1%	2%	3%	0,1%	0,3%	0,5%
Combustíveis e Energia	398	468	236	163	130	-72%	-45%	8%	4%	2%	1,5%	0,8%	0,4%
Indústria e Construção	25	30	60	45	36	21%	-40%	0%	1%	1%	0,1%	0,2%	0,1%
Transportes	240	281	201	213	171	-39%	-15%	5%	3%	3%	0,9%	0,6%	0,5%
Comunicação e TI 's	13	16	18	21	17	5%	-6%	0%	0%	0%	0,1%	0,1%	0,0%
Outras	2	3	3	1	1	-81%	-79%	0%	0%	0%	0,0%	0,0%	0,0%
Juros	1 212	1 425	1 599	2 474	1 979	39%	24%	23%	27%	31%	4,5%	5,2%	5,9%

Relativamente ao OGE de 2019, em termos reais, observamos um aumento geral de 8%, com um incremento das funções sociais de 2%, das funções de soberania de 9% e um decréscimo da função económica de 14%.

A comparação com 2018 é muito mais significativa para a análise, já que as principais linhas de mudança foram introduzidas no OGE de 2019 (corrigido). Relativamente à execução de 2018, em termos reais, a despesa geral cresce 6%, com as funções sociais a crescerem 21%, as funções de soberania a caírem 11% e as económicas a decrescerem 37%. Nas despesas sociais tem significado especial o crescimento da saúde (112%) e educação (35%), reduzindo-se todas as restantes. Há ainda a assinalar uma trajectória pouco definida da política de habitação com um decréscimo de 28% face a 2018, mas um crescimento de 21% face a 2019.

As funções de soberania têm um decréscimo de 11%, com -43% na Defesa, -10% na Segurança (também uma trajectória pouco definida porque cresce 19% face a 2019) e um crescimento notável da burocracia de Estado, 20%.

Nas funções económicas, há um decréscimo geral de 37%, com os casos mais notáveis da agricultura (+309%) e Indústria (+21%), por contrapartida de “combustíveis e energia” (-72%) e transportes (-39%), sendo as restantes pouco significativas para a análise.

A questão, do meu ponto de vista, deve colocar-se relativamente ao que é prioritário. Por exemplo, para desenvolver a agricultura, é mais importante distribuir alfaias e insumos e desenvolver fazendas experimentais ou desenvolver os mercados rurais, começando pelas vias de comunicação? Esta definição das prioridades do Estado é crucial porque determina se é mais importante que a despesa do Estado se centre nos transportes ou na agricultura, para que esta se desenvolva.

Do meu ponto de vista, as prioridades são, por esta ordem: educação, saúde e segurança (*ex-equo*) e infraestruturas de energia, água e transportes. Sem educação e saúde, não há industrialização; sem estas e as infraestruturas de energia e água e sem segurança, não há competitividade industrial; sem estradas, não há agricultura, pescas, indústria e comércio. É por isso que somos uma economia do comércio litoral baseado nas importações, do imobiliário e da burocracia do Estado.

A Despesa sem amortização da dívida corresponde a 19,3% do PIB, desde 2018 (na verdade, 19,4% em 2018). A educação sobe, mas de 1,6% para 2% do PIB; a saúde duplica, mas o seu peso passa de 1% para, apenas, 1,9% do PIB; a segurança passa de 1,9% para 1,6% do PIB, não sendo, portanto, de admirar que, num contexto de crise social, os episódios relacionados com a criminalidade se acentuem; combustíveis e energia passam de 1,5 para 0,4% do PIB, o que demonstra o pouco que se investe nas infraestruturas de água e electricidade, mesmo que o decréscimo esteja relacionado com a redução dos subsídios, coisa que não é perfeitamente clara; e os transportes decrescem de 0,9%

para 0,5%. O conjunto destas funções, definidas, por mim, como prioritárias para o desenvolvimento económico, apresenta um crescimento de 0% relativamente a 2018 e 2% relativamente a 2019; o seu peso no total da despesa passa de 35% para 33%, e o peso no PIB de 6,8% para 6,4%. Assim, torna-se difícil alavancar o crescimento através dos Gastos do Estado.

Num contexto de recessão, seria também de esperar que o Estado, para além de criar as condições para o desenvolvimento da economia, se preocupasse com a situação dos mais desfavorecidos e da crescente miséria: ao invés, a protecção social cai, em valor absoluto real, 9%, relativamente a 2018 e 19% relativamente a 2019, passando de 1,5% para 1,2% do PIB. A habitação social é quase inexistente, sendo o grosso dos recursos da habitação destinado às centralidades que são habitações para a classe média e não habitação social; os que mais precisam vivem amontoados em bairros semi-clandestinos e sem infraestruturas, pagando a sua habitação a preço de mercado, enquanto a classe média beneficia do apoio do Estado.

Em contrapartida, os Juros representam já 5,9% do PIB, e a burocracia do Estado, despesas financeiras e transferências de capital (Serviços Públicos Gerais) passam de um peso de 2,5% para 2,8% do PIB.

É possível aumentar o peso das funções prioritárias e apoio social, reduzindo a burocracia, transferências de capital e defesa, tornando a função habitação superavitária, sem deixar que os juros continuem a “comer” uma fatia cada vez maior da receita do Estado, o que só será conseguido com medidas do lado da receita que criem *superavits* orçamentais.

A política de habitação é crucial para a redução da despesa, o aumento da receita e a melhoria do ambiente de negócios. Transformar a imensa riqueza imobiliária acumulada em capital, utilizando-a para alavancar a construção e o arrendamento e aumentar as receitas do Estado, é um desafio que de que ser realizado urgentemente.

Para os novos agregados populacionais, o preço dos lotes (para todos os tipos de habitação) deve cobrir o custo do investimento nas infraestruturas (acessos, ruas, água, luz, esgotos e eventuais outras benfeitorias) e acrescer o valor comercial dos terrenos, de acordo com a sua localização. O IPU que passar a ser cobrado deve ser suficiente para manter as infraestruturas em funcionamento e gerar superavit. Os preços praticados, **hoje** em dia, para os terrenos mais diversos, **desde os bairros mais pobres** às zonas mais urbanizadas, garantem, que, além do Estado, também os cidadãos compradores sairiam beneficiados com esta medida: apenas os que, hoje, beneficiam dos favores e corrupção para “herdarem” os terrenos do Estado sairiam prejudicados.

Além do mais, a curto prazo, o Estado poderia beneficiar de largas somas através da legalização da propriedade imobiliária e fundiária que foi sendo acumulada durante estes 44 anos ou mais. Legalizar o que já existe, mediante o pagamento de um prémio de legalização, garantiria, não apenas uma entrada de fundos imediata e substancial, mas também um rendimento futuro através do registo em sede de IPU e um imenso benefício para os actuais usufrutuários, que, passando a proprietários, veriam a sua situação legalmente protegida, permitindo-lhes usar esta riqueza como capital, nomeadamente como colateral de empréstimos bancários. Além do mais, conferiria organização e estabilidade à vida social. A situação actual não aproveita a ninguém.

4.3.3 Saldo orçamental e operações de natureza financeira

Valores em 10⁹ Akz

	2018 PMF Pr 19	2019 OGE	2020 OGE Pr. 19	Cresc. 20/18	Cresc. 20/19	Peso PIB 18	Peso PIB 19	Peso PIB 20
Saldo Orçamental	636	8	425			2,0%	0,0%	1,3%
Restos a pagar / receber	-998		0			-3,2%	0,0%	0,0%
Saldo caixa	-362	8	425			-1,1%	0,0%	1,3%
Discrepâncias	-112	0	0			-0,4%	0,0%	0,0%
Operações de Financiamento	250	-8	-425	-270%	5445%	0,8%	0,0%	-1,3%
Dívida	944	812	217	-77%	-73%	3,0%	2,6%	0,6%
Interna	37	311	-1 161	-3258%	-473%	0,1%	1,0%	-3,5%
Novos empréstimos	3 769	1 828	1 985	-47%	9%	12,0%	5,9%	5,9%
Amortizações	3 732	1 516	3 146	-16%	107%	11,9%	4,9%	9,4%
Externa	907	500	1 379	52%	176%	2,9%	1,6%	4,1%
Novos empréstimos	2 617	2 585	3 894	49%	51%	8,3%	8,4%	11,6%
Amortizações	1 710	2 085	2 515	47%	21%	5,4%	6,7%	7,5%
Outras Operações financeiras	-694	-819	-642	-7%	-22%	-2,2%	-2,6%	-1,9%
Aquisição de Activos	686	819	642	-6%	-22%	2,2%	2,6%	1,9%
Aumento de passivos	-9		0	-100%		0,0%	0,0%	0,0%

O saldo da execução de 2018 é de 636 mil milhões de Kwanzas (2% do PIB), mas os restos a receber/pagar originam um saldo de caixa negativo no valor de -362 mil milhões, tudo em Kwanzas de 2019 (isto é, valores de 2018 inflacionados de 17,5%). Portanto, não é verdade que o Estado tenha tido um superavit orçamental em 2018. O saldo final correspondeu a -1,1% do PIB, e as operações de financiamento a 0,8%, havendo um valor remanescente de 0,4% do PIB que o MinFin não sabe explicar convenientemente e que, por isso, foi classificado como discrepâncias.

O saldo Orçamental do OGE de 2019 é nulo (vamos analisar, no próximo trimestre, a execução), e o do OGE de 2020 apresenta um *superavit* de 1,3%.

As operações de financiamento incluem uma contratação líquida de mais dívida no valor de 0,6% do PIB, com a dívida interna a decrescer o equivalente a 3,5% do PIB e a externa a crescer um montante equivalente a 4,1%. Na verdade, toda a dívida governamental é, virtualmente, externa, tratando-se, sim, de converter dívida interna indexada ao USD (juros e capital) em dívida externa propriamente dita. O esforço de contratação de novos empréstimos no exterior, num montante equivalente a 11,6% do PIB, para rodar a dívida existente e contratar nova dívida líquida, representa um esforço enorme e um verdadeiro teste à capacidade de endividamento do Estado.

Mesmo numa situação de forte aperto financeiro, o OGE apresenta constantes despesas de natureza financeira de elevadíssimo montante. A execução de 2008 apresenta aquisição de activos por parte do Estado no montante equivalente a 2% do PIB; o orçamento de 2019 prevê despesas financeiras astronómicas correspondentes a 3% do PIB, e o OGE de 2020 regressa ao montante, inexplicável, de 2% do PIB, transformando o *superavit* orçamental num instrumento de cobertura dos deficits financeiros quando deveria ser o inverso!

Em que consiste este valor de 803 mil milhões de Kwanzas? O valor de 384 mil milhões corresponde a transferências internas de capital, nomeadamente para fundos autónomos (161 mil milhões), empresas (155 mil milhões), e os inevitáveis outros (66 mil milhões); acrescem 269 mil milhões de aumentos de participações financeiras (afinal o Estado vai investir ou privatizar?) e 150 mil milhões de amortização de outros passivos financeiros (mais uma vez outros, sempre sem explicação). Há que esclarecer de uma vez por todas quanto vai custar a limpeza dos activos do Estado e assumi-la de forma transparente e com todos os pormenores. Esta situação que não deixa claro onde termina a limpeza e começam novos investimentos financeiros, absolutamente inadequados ao momento que atravessamos, não pode continuar. Relativamente aos fundos autónomos, são, em princípio, operações justificáveis, mas há que pormenorizar quais os beneficiários e montantes.

Dívida governamental

	Stk 17	Var Facial 18	Val 18	Stk 18	Cresc. Facial	Cresc. Stk 18	Var Facial 19	Val 19	Stk 2T 19	Cresc. Facial	Cresc. Stk 19
Dívida Pública 10 ⁹ Akz	12 098	-518	8 939	20 519	-4%	70%	-373	2 342	22 488	-2%	10%
Dívida Interna	5 779	-995	3 095	7 879	-17%	36%	-216	1 061	8 724	-3%	11%
BT	1 158	-577	0	582	-50%	-50%	12	-82	512	2%	-12%
OT	4 621	-418	3 095	7 298	-9%	58%	-228	1 142	8 212	-3%	13%
Dívida Externa	6 319	477	5 844	12 640	8%	100%	-157	1 281	13 764	-1%	9%
Dívida Governamental denominada em USD (10 ⁶ USD)	65 933	-1 327		64 606		-2%	-24		64 582		0%
OT	27 848	-4 201		23 648		-15%	485		24 132		2%
Dívida Externa USD	38 085	2 873		40 958		8%	-509		40 450		-1%
Taxa de câmbio média - (cp+vd)/2 - do fim período	166			309					340		
Dívida Governamental em % do PIB				77%							

Fonte: BNA: OT, BT e Stock de Dívida Externa Bruta

As células a amarelo correspondem aos dados da fonte. A **Varição Facial** corresponde aos valores de emissão menos os resgates dos BTs e OTs, em Kwanzas, e à variação dos *stocks* de dívida externa governamental, em USD, multiplicada pelo valor da taxa de câmbio do final do período anterior. A variação facial da dívida externa em Kwanzas é igual à variação do stock de dívida externa, em USD. Assumi que não existiu valorização da dívida em USD, isto é, a variação facial é igual à variação dos *stocks*; embora tenha existido uma valorização da dívida externa global na posição do financiamento externo (governamental, pública não governamental e privada), não me parece que partir deste pressuposto prejudique a análise.

Em termos faciais, a dívida governamental¹⁵ reduziu-se 4%, em 2018, e 2%, em 2019.

A dívida em BTs está agora (Outubro) praticamente extinta, embora ainda mantivesse um valor de 512 mil milhões no final do 2º Trimestre, tendo-se reduzido 50%, em 2018, e aumentado 2%, até ao 2.º Trimestre de 2019. Em Abril de 2019, o valor do *stock* inicial mais emissões menos resgates não é igual ao *stock* final. Não iremos contudo perder tempo com este tipo de títulos, que, hoje, representam não mais do que 0,9% da dívida total.

Virtualmente, toda a dívida governamental (98%) era, no final do 2º Trimestre, denominada em moeda estrangeira, o que significa que os juros e capital são pagos de acordo com o valor na moeda de referência. A única diferença é que a dívida interna (OTs) é paga em Kwanzas, ao câmbio do dia do pagamento, enquanto a dívida externa é paga em moeda externa. Contudo, ambas pagam mais juros e mais capital sempre que a moeda nacional se desvaloriza.

Em termos faciais, a dívida em OTs reduziu-se 9%, em 2018, e 3%, em 2019; porém, em Kwanzas, a dívida, representada pelas OTs, aumentou 58%, em 2018, e 13%, em 2019. De notar que o valor de 2019 corresponde à posição no final do 2.º Trimestre, quando a taxa de câmbio se situava em 340 AKZ/USD. Hoje, essa mesma dívida, teria valorizado mais cerca de 37%, devido à depreciação do Kwanza, em Outubro¹⁶.

A dívida externa aumentou 8%, em 2018, e reduziu-se 1%, até ao 2.º Trimestre, de 2019. Porém, em Kwanzas, sofreu um aumento de 100%, em 2018, e de 9% em 2019, devido à alteração da taxa de câmbio, devendo ter-se em conta a valorização adicional com a depreciação do Kwanza em Outubro.

A questão da dívida é que está quase toda denominada em USD, e, portanto, a desvalorização do Kwanza, sobretudo quando é maior do que a inflação interna, conduz a um incremento exponencial da dívida real.

Não há muita saída para esta situação, excepto aumentar a produção para não desvalorizar o Kwanza, permitindo emitir dívida em moeda nacional; e aumentar, consideravelmente, o saldo fiscal, aumentando as receitas, através da expansão da base tributária, horizontal (mais contribuintes

15 Correspondente, apenas, à soma de BTs, OTs e dívida externa governamental

16 Sendo o valor das OTs não indexadas muito reduzido, pode supor-se, para efeitos de análise, que não existem OTs não indexadas. A diferença entre a variação facial em Kwanzas e USD reflecte esta situação.

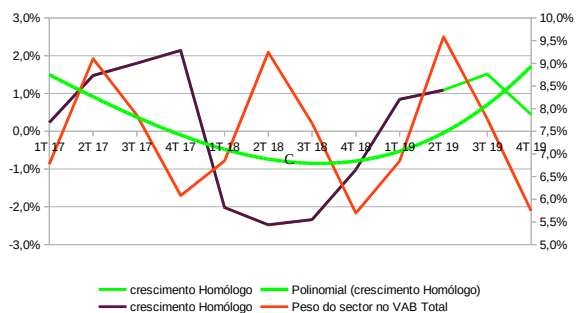
em cada imposto) e vertical (mais impostos sobre a riqueza), e da redução da despesa, sobretudo na burocracia, nas transferências não sociais, no falso investimento e na despesa financeira.

5 Anexo 1 — VAB dos sectores não prioritários

5.1 Sectores estratégicos

5.1.1 Agricultura

Os dados são fornecidos pelo Ministério da Agricultura e recolhidos de forma administrativa. Seria desejável que se passasse a privilegiar a informação dos mercados.



O VAB do sector cresce a um ritmo muito lento e decrescente, até ao último trimestre de 2017, para, de seguida, cair abruptamente, no 1.º Trimestre de 2018. Todos os trimestres de 2018 são negativos, com tendência para o crescimento a partir do 3.º Trimestre, atingindo terreno positivo (+0,8%), no 1.º Trimestre de 2019.

A linha de tendência apresenta, agora, uma curvatura convexa, com tendência crescente, a partir do 3.º Trimestre de 2018, atingindo o ponto zero no 2.º Trimestre e passando para terreno positivo com a previsão dos 3.º e 4.º trimestres.

O peso do sector na economia oscilou entre cerca de 6% e 9,5%, com picos, nos 2.ºs trimestres e forte baixa nos 4.ºs trimestres.

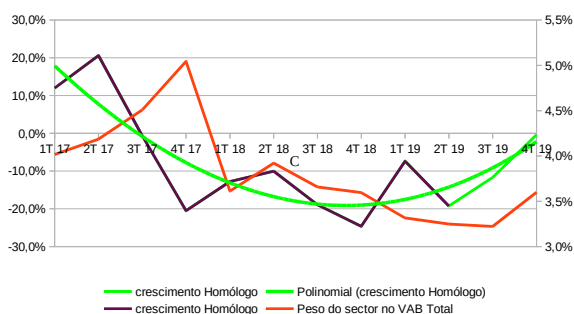
Do meu ponto de vista, o principal problema agrícola prende-se com a deterioração das vias de comunicação e o conseqüente declínio dos mercados rurais. A lógica de mercado dos camponeses, camionistas e comerciantes rurais perdeu-se, e vai levar algum tempo a renascer; a lógica dominante é, neste momento a de negócios de elevada margem e pequenas quantidades que explorem as diferentes produções regionais e a dificuldade e custo dos transportes.

Apesar disso, a simples reparação das vias poderá potenciar crescimentos muito fortes da economia rural porque a base de partida é muito baixa. Contudo, se não dotar o orçamento de despesa corrente que mantenha as vias que estão a ser reparadas, esta oportunidade perde-se com fortes conseqüências psicológicas para retomas futuras. Por outro lado, parece que o Executivo já perdeu o entusiasmo inicial para a reparação das vias, para além de continuar a dispersar fundos e meios a tentar recuperar todo o tipo de vias, quando devia começar pelos eixos principais, depois passar à ligação às restantes sedes provinciais, de seguida fazer as conexões aos restantes municípios, deixando, de momento, as vias de ligação às localidades à iniciativa local. Em resultado, reparam-se vias que não servem para nada porque, sem ligação a Luanda, os mercados são muito limitados. A eliminação das assimetrias regionais passa, antes de mais, pela ligação a Luanda e não por utopias ou boas intenções.

5.1.2 Pescas

Os dados são fornecidos pelo Ministério das Pescas, por métodos administrativos. Contudo, porque os operadores desejam manter-se dentro das suas quotas e pagar menos taxas, têm tendência para reduzir os volumes de capturas: aqui, o “erro” parece ser voluntário. A informação parece ser bastante abrangente (embora deturpada) para a pesca marítima executada pelos operadores formais, mas não inclui o vasto sector informal, no mar, e limita a pesca, nos rios, a alguns projectos de aquacultura.

Considerando os dados existentes, o crescimento homólogo é sempre negativo, desde o 4.º Trimestre de 2017, com alguma redução da queda, nos primeiros trimestres de 2018 e no 1.º Trimestre de 2019.



A linha de tendência é agora convexa, se considerarmos a previsão, atingindo o nível zero no 4.º Trimestre.

O peso do sector apresenta uma queda constante situando-se, no 2.º Trimestre em 3,3%.

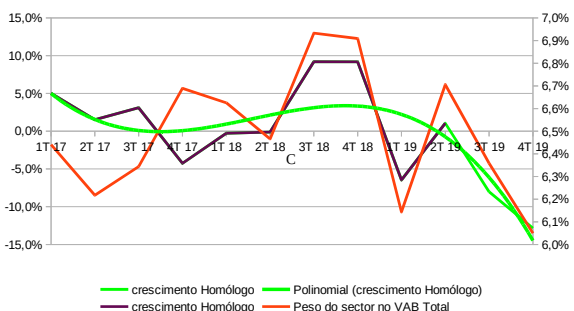
Num país com uma linha de costa de 3.600 km, beneficiando da corrente de Benguela e tendo inúmeros rios dos mais diferentes caudais, esta redução da produção e o peso insignificante do

sector não são aceitáveis.

Obrigando todos a vender, exclusivamente, nos mercados organizados, permitiria reduzir a captura de juvenis e, simultaneamente, conhecer, de forma mais precisa, os volumes e tipos de pescado. Portanto, deveríamos concentrar os esforços na criação de lotas eficientes; reprimir os locais de descarga não autorizados; e obrigar todos os navios internacionais a passarem por uma lota, para controlo, antes de abandonarem as águas territoriais.

5.1.3 Indústria

Os dados são fornecidos ao INE pelo Ministério da Indústria, sendo recolhidos por processos administrativos. O INE considera-os dados de qualidade, mas parece haver alguns atrasos e erro humano neste método de recolha, como veremos adiante.

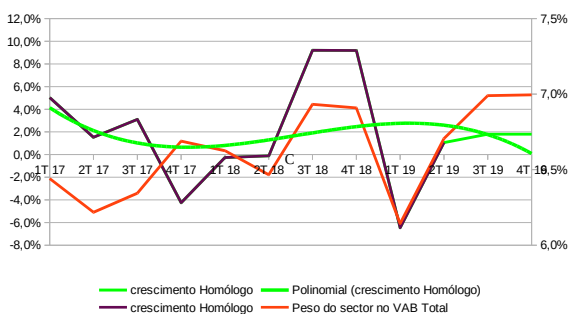


A trajetória do VAB é muito irregular, sendo possível que contenha vários erros estatísticos resultantes de transferências entre trimestres.

A trajetória da tendência inverte-se no final de 2018.

A previsão parece-me muito influenciada pela queda no 1.º Trimestre (de +10% nos 2 trimestres anteriores para -5%), o que dita uma tendência muito negativa. Olhando para a linha de tendência

anterior, parece que as variações trimestrais se suportam num crescimento regular à volta dos 2% e que os picos são transferências resultantes de deficiências na recolha de dados. Arrisquei, por isso, corrigir a previsão para a média dos crescimentos da série, do que resultou o quadro seguinte:



A tendência torna-se menos negativa, atingindo zero no final do ano.

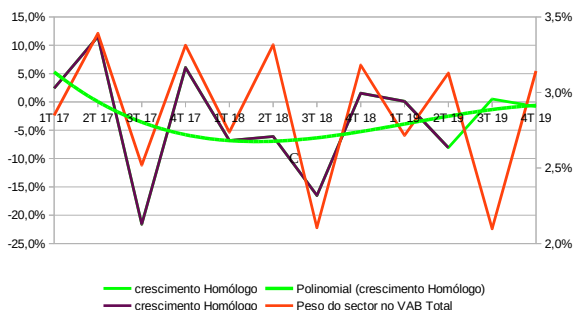
Algumas informações colhidas junto da banca comercial indicam que há alguns problemas de incumprimento da indústria, sobretudo devido ao aumento dos custos da componente importada. Teremos de seguir este sector com atenção, até porque era o motor da produção de bens transaccionáveis.

Ainda assim, considero que o sector apresenta resistência suficiente e que a aparente queda se deve mais à irregularidade na recolha dos dados do que a um declínio real.

O peso do sector apresenta forte tendência sazonal com picos nos 4.^{os} trimestres, o que corresponde à lógica da procura e dá alguma esperança na sua recuperação. O seu comportamento irregular reforça a ideia de alguma irregularidade na recolha dos dados.

5.1.4 Indústria extractiva

Os dados sobre a extracção de diamantes são fornecidos pelo Ministério da Geologia e Minas e complementados com os dados da Endiama. Não há qualquer referência aos dados dos restantes sub-sector.



Este sector é composto, maioritariamente, pela produção de diamantes brutos para exportação, e o seu comportamento depende muito do seu preço nos mercados internacionais.

A linha de tendência descreve um arco convexo, que se mantém em terreno negativo, desde o 2.^o Trimestre de 2017, aproximando-se de zero no final deste ano.

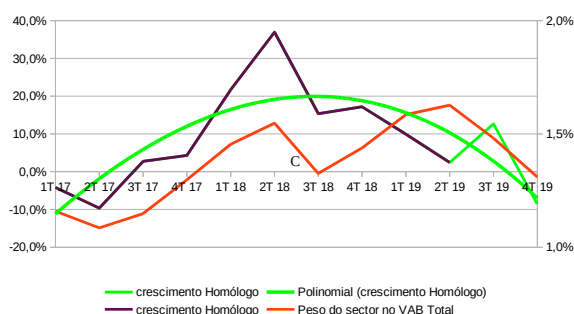
O peso do sector é irrisório, oscilando entre os 2% e os 3% do VAB não-petrolífero, apenas valendo pelo facto de ser composto, principalmente, por produtos de exportação, captadores de divisas.

O que parece mais relevante neste sector é o caminho errático, muito marcado pela sua dependência dos diamantes e do seu preço.

A alteração dos processos de licenciamento pode alterar o desempenho do sector, mas os efeitos não são ainda visíveis.

5.1.5 Electricidade e água

Não é perfeitamente claro o que está incluído neste VAB. Nas contas iniciais de 2017, incluía apenas a produção de energia, do que resultava um crescimento da ordem dos 40%. Posteriormente, o valor foi corrigido para incluir, apenas, a distribuição de energia, do que resultou um crescimento anual de -1,6%. Parece que os dados de 2018 e 2019, voltam a incluir, erradamente, a produção de energia. Aparentemente este registo fez doutrina e os crescimentos homólogos estabilizarão, agora que o critério é o mesmo do ano anterior.



Nestas condições quer a lomba quer a tendência côncava podem não corresponder à realidade, sendo mais provável que haja uma tendência estável à volta dos 2%.

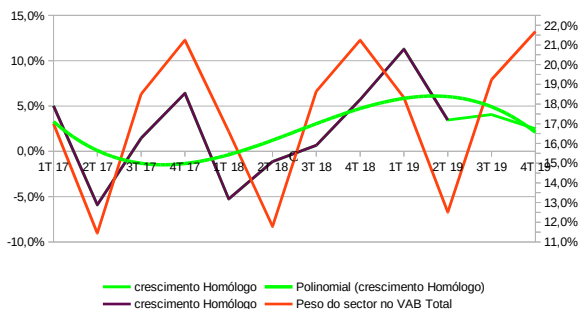
O peso do sector é muito reduzido (1,1% a 1,6%), não sendo relevante como sector produtor de valor.

A sua excepcional relevância deriva da importância dos seus produtos para a competitividade geral, já que os custos de contexto, resultantes da produção de energia por geradores ou a aquisição de água de cisterna, aumentam fortemente os custos das empresas. Neste sentido, a confirmarem-se crescimentos à volta dos 2% estaremos a regredir em termos das infraestruturas de distribuição, uma vez que estas deveriam crescer a ritmo muito superior ao PIB para eliminar o atraso existente.

5.1.6 Construção:

Segundo o INE, os dados são baseados na produção de cimento e clínquer. Não se entende,

portanto, como pôde ter havido um crescimento de 11,6% no 4.º Trimestre de 2017 (posteriormente corrigido para 8%) em plena crise do cimento e do clínquer! Algo poderá estar muito errado nestes dados.



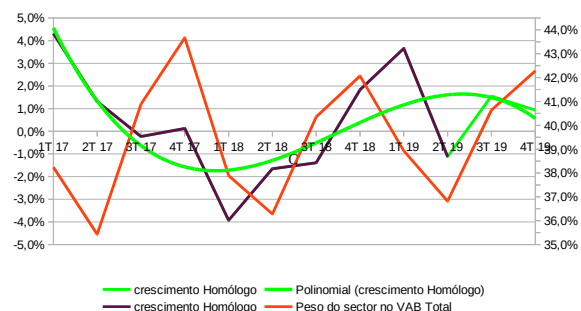
O crescimento homólogo apresenta uma forte correlação com o peso do sector, com fortes variações difíceis de entender.

A partir do 1.º Trimestre de 2018, apresenta um crescimento regular que atinge valor positivo, no 3.º Trimestre do ano passado e mais de 10%, no 1.º Trimestre deste ano. No 2.º Trimestre, o crescimento volta a cair para 3,5%, provocando uma inversão da tendência que se mantém, ainda assim, positiva.

O peso do sector é muito significativo, apresentando uma variação sazonal, com picos nos 4.ºs trimestres (21%) e valores mais reduzidos nos 2.ºs trimestres (11%). Não consigo encontrar qualquer lógica para esta variação acentuada e regular.

A regularização da propriedade fundiária e imobiliária seria muito importante para o dinamismo do sector.

5.1.7 Produção total de bens

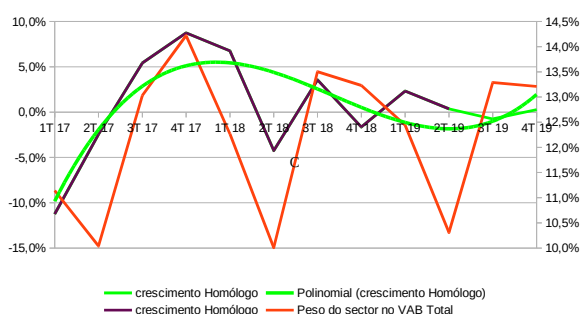


A produção total de bens sofre uma profunda redução até ao 1.º Trimestre de 2018, invertendo, depois, a tendência de queda e alcançando terreno positivo no 4.º Trimestre de 2018, impulsionada pelo sector da construção.

A linha de tendência é do tipo sinusoidal, parecendo oscilar entre os -2% e +2%.

O peso da produção de bens é muito sazonal, variando sendo próximo dos 36% nos 2.ºs trimestres e 42%, nos 4.ºs trimestres, seguindo a variação sazonal do sector da construção que tem um peso muito significativo.

5.1.8 Serviços públicos



O valor dos serviços públicos corresponde, de acordo com o INE, à remuneração de empregados do Estado.

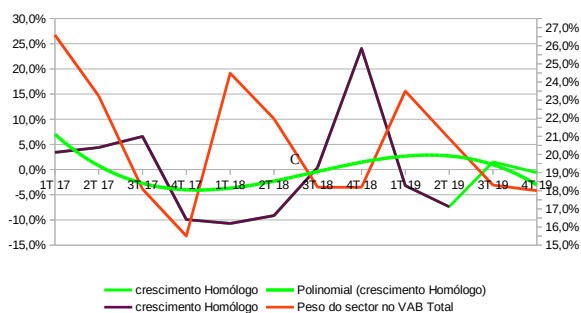
De acordo com os dados do INE, os serviços públicos teriam recuperando até ao 4.º Trimestre de 2017, entrando posteriormente em queda até ao 2.º Trimestre do ano passado, mostrando uma tendência oscilante próxima de zero, a partir desse ponto.

A linha de tendência actual oscila à volta de zero.

O peso oscila de forma demasiado irregular com vales nos 2.ºs trimestres e picos nos 3.º e 4.ºs, relacionados, possivelmente, com o pagamento do 13.º mês.

5.1.9 Comércio

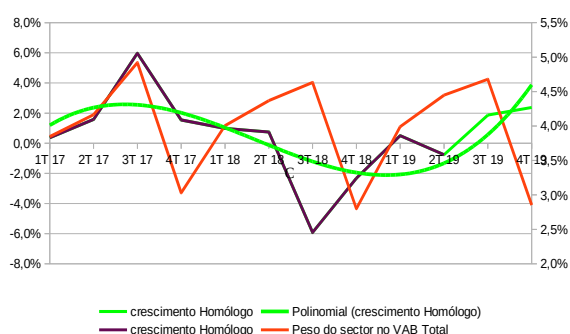
De acordo com o relatório referente ao 4.º Trimestre de 2017, este sector é calculado com base num índice composto, incluindo volumes de alimentos e indústria transformadora, assim como bens importados.



O crescimento de quase 25% no 4.º Trimestre de 2018 é claramente um erro estatístico. A tendência oscila, entre os -4% e +3%.

O peso do sector oscila, desde o início de 2018, entre os 18% e os 24%, com fortes picos nos 1.ºs trimestres, o que é algo absurdo.

5.1.10 Logística

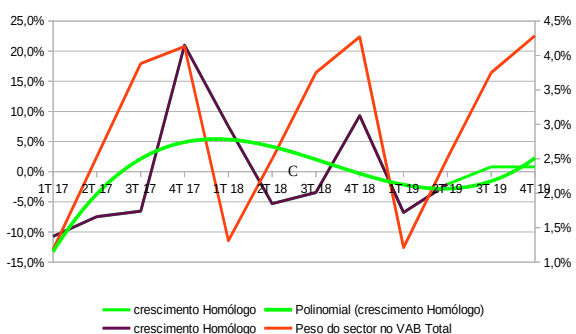


O crescimento da logística (transportes e armazenagem) apresenta 2 desvios, sem qualquer justificação, nos 3.ºs trimestres (um pico de 6% em 2017 e um vale de -6% em 2018). Do meu ponto de vista, estes valores não podem ser, senão, erros estatísticos.

Eliminando estes dois valores, o crescimento da logística é muito estável, oscilando entre os -2% e os +2%, o que corresponde à linha de tendência.

O peso do sector é reduzido, oscilando entre os 3% e os 4%, com sazonalidade marcada por picos nos 3.ºs trimestres e vales nos 4.ºs trimestres, o que, novamente, denota uma possível transferência de dados entre trimestres.

5.1.11 Telecomunicações

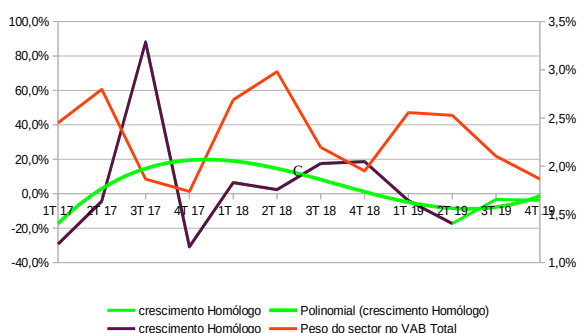


As telecomunicações têm, logicamente, um desenvolvimento muito regular em termos homólogos. Por isso não se entende bem o desvio relativamente à linha bem definida, nos 4.ºs trimestres de 2017 e 2018, quando tratamos de crescimentos homólogos.

A linha de tendência oscila, a partir de 2018, entre os -1% e +5%.

O peso do sector segue uma linha lógica, com picos no final do ano e vales nos 1.ºs trimestres e sem grande relevância global (entre 1,5% e 4,0% do VAB não-petrolífero)

5.1.12 Intermediação financeira e de seguros



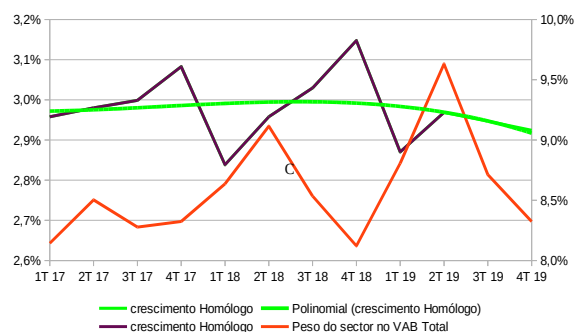
O crescimento no 3.º Trimestre de 2017 é claramente um erro estatístico (resultante de um erro dos valores de 2016).

Devido à escala das variações, a linha de tendência

aparenta ser suave a partir de 2018. Porém, alterando a escala, vemos uma tendência oscilante muito marcada (-10 a +20%).

O peso do sector é reduzido, apresentando oscilações com picos nos 2.ºs trimestres que não consigo compreender.

5.1.13 Imobiliário

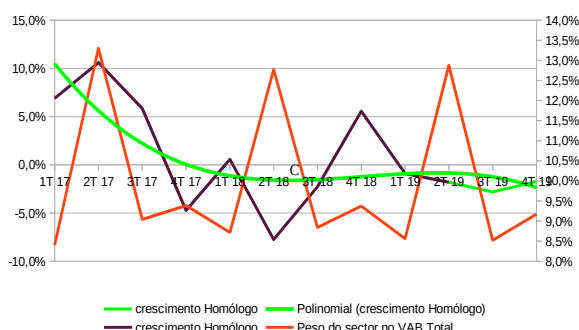


Os dados deste sector pecam por defeito, por haver muitos arrendamentos e serviços de intermediação imobiliária sem qualquer contrato e registo.

Mesmo assim, o peso do sector é significativo, variando entre 8% e 9%.

A tendência descreve um arco côncavo muito pouco acentuado (entre +3% e +2,9%).

5.1.14 Outros serviços



Neste sector, estão, incompreensivelmente, incluídas viagens, hotelaria e restauração, ou seja, o sector de turismo.

A tendência é de oscilação muito ligeira mas sempre negativa, à volta de -1%.

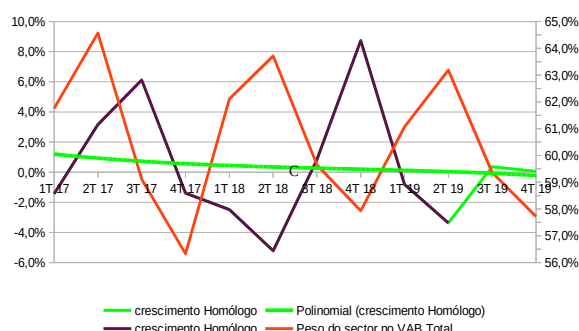
A sazonalidade é estranha, com um peso constante, à volta dos 9%, durante todo o ano, excepto nos 2.ºs trimestres, que apresentam picos muito acentuados que não consigo entender.

Num país que afirma apostar no turismo, esta parece não ser, pelo menos até agora, uma opção minimamente conseguida.

Existem alguns pressupostos de não hostilidade ao sector que, na minha opinião, representam o mínimo que se pode fazer para não desincentivar o turismo: entradas flexíveis; acesso a terrenos em zonas com potencial turístico, a preço de mercado mas não especulativo; boas estradas até às zonas de potencial turístico; manutenção adequada, sempre que possível em regime de concessão, dos pontos de interesse (locais históricos, reservas ecológicas, praias); boa limpeza geral; segurança e liberdade para quem frequenta as zonas turísticas e de diversão.

Destes, apenas o primeiro foi razoavelmente conseguido. Quanto aos restantes: os bons terrenos, como na agricultura, estão todos tomados por pessoas que não possuem nem conhecimento nem capital; as estradas não existem; os locais de interesse estão degradados, e, salvo uma ou outra excepção, mesmo as praias estão sujas; qualquer trajecto, dentro ou fora das cidades, passa por zonas imundas; e, como a cereja no topo do bolo, as actuações policiais nas estradas, aeroportos e locais de diversão são tudo o que não se deve fazer para desenvolver o turismo!

5.1.15 Total dos serviços



A linha de crescimento apresenta oscilações muito profundas.

A linha de tendência é decrescente, passando para terreno negativo com a previsão do 3º Trimestre

deste ano.

O peso, apresenta fortes oscilações e tendência decrescente.